Jornal O DIA SP

www.jornalodiasp.com.br | SÁBADO A SEGUNDA-FEIRA, 15, 16 E 17 DE AGOSTO DE 2020 | Nº 24.726 | Preço banca: R$ 3,50

Desemprego na pandemia continua subindo e chega a 13,7%

Nos últimos quatro meses, em que o país passa pela pandemia de covid-19, cerca de 3 milhões de pessoas ficaram sem trabalho. Na quarta semana de julho, a taxa de desocupação chegou a 13,7%, o que corresponde a 12,9 milhões de pessoas. Os dados são da edição semanal da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) Covid-19, divulgada na sexta-feira, (14) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Quando a pesquisa teve início, na primeira semana de maio, eram 9,8 milhões de pessoas desocupadas. Na comparação com a terceira semana de julho, houve aumento de 550 mil pessoas entre os desocupados. A população ocupada do país foi estimada em 81,2 milhões, estável em relação à semana anterior e com queda em relação à semana de 3 a 9 de maio, quando 83,9 milhões de pessoas entravam nessa categoria.

De acordo com a coordenadora da pesquisa, Maria Lúcia Vieira, os demais dados relacionados a trabalho ficaram estáveis na comparação com a semana anterior, apesar da variação em relação a maio. Página 3

Prorrogada por um mês isenção das contas de água para baixa renda

Página 2

Atividade econômica recua 10,94% no segundo trimestre

Página 3

Temer se encontra primeiro-ministro interino do Líbano

O ex-presidente Michel Temer, chefe da missão brasileira no Líbano, se reuniu na sexta-feira, (14) com o primeiro-ministro interino do Líbano, Hassan Diab. O encontro faz parte das tratativas do governo brasileiro na ajuda ao país do Oriente Médio. Durante o encontro, a delegação brasileira expressou solidariedade do povo brasileiro ao povo libanês e se mostrou pronta para ajudar o Líbano. Página 3

Estudo confirma eficácia da Coronavac na fase 2 dos testes clínicos

Foto/Arquivo/Governo de SP

A vacina Coronavac se mostrou eficaz e segura, segundo estudo publicado nesta semana pela farmacêutica chinesa Sinovac Life Science. O trabalho analisou o comportamento de 600 voluntários vacinados na China durante a fase 2 dos testes clínicos. A vacina é desenvolvida pela Sinovac Life Science em parceria com o Instituto Butantan.

De acordo com o coordenador dos ensaios clínicos da vacina Coronavac e diretor médico de Pesquisa Clínica do Instituto Butantan, Ricardo Palacios, o produto é muito promissor e eficaz. Página 4

Consórcios vencem leilão de PPPs de iluminação com deságio de até 58%

Página 4

SP ultrapassa 3 milhões de testes de coronavírus com aumento de 3.000% na média diária

Página 2

DÓLAR			EURO
Comercial	Turismo		
Compra: 5,42	Compra: 5,40		Compra: 6,42
Venda: 5,42	Venda: 5,73		Venda: 6,42

Esporte

Motovelocidade tem mais uma etapa neste final de semana

Por Járcio Baldi

Nessa temporada a pandemia do COVID-19 provocou um calendário bastante constrito no Mundial de Motovelocidade. Várias corridas ficaram muito próximas. Tivemos Brno semana passada e nesse final de semana e no próximo acontecerão duas provas em Spielberg, Áustria. A casa é da KTM, mas o território tem sido da Ducati. O circuito Red Bull Ring retornou ao calendário do Mundial de Motovelocidade em 2016, após um período de 18 anos de ausência. Desde então apenas a Ducati venceu ali com Andrea Ianone (2016), Jorge Lorenzo (2018) e Dovizioso (2017/2019). A vitória de Ianone quebrou um jejum de seis anos sem vitórias da equipe italiana. Andrea Dovizioso parece estar disposto a manter a escrita. Após um início de campeonato pífio e um vexatório 11º lugar na última prova, o italiano voltou a sorrir e ficar entre os primeiros nos treinos de sexta-feira. "A minha performance está semelhante ao ano passado, estou me sentindo melhor nas frenagens e de uma maneira geral o "feeling" com a moto voltou" disse. Mas a KTM está disposta a encerrar essa sequência de vitórias da Ducati.

A fábrica austríaca, com a vitória de Binder na última prova, mostrou que evoluiu bastante e quer muito uma vitória em casa. Pol Espargaró, após o incidente com Zarco na prova de Brno, disse que estava ansioso para entrar na pista e demonstrar que está em boa forma e com um ótimo ritmo. O piloto foi o mais rápido nos treinos livres. A equipe oficial Yamaha continua seu martírio. Na teoria a melhor equipe, mas na prática coleciona problemas. Viñales, após o péssimo resultado na República Tcheca (14º) disse que a moto é perfeita para uma ou duas voltas classificatórias, mas na corrida não consegue ser consistente. "Após os primeiros treinos aqui, a sensação é a mesma da prova passada, com os mesmos problemas. Temos que trabalhar para entender e resolver isso". Essa situação é compartilhada por Valentino Rossi, que afirmou ser uma situação bastante difícil. "Não estamos longe dos melhores, mas não conseguimos ficar entre os 10 primeiros".

Novos boatos sobre um velho assunto vieram novamente à tona na Ducati: Jorge Lorenzo. David Tardozzi, gerente da equipe, numa entrevista ao canal DAZN, quando perguntado sobre o piloto, disse, entre sorrisos, que era um importante piloto, venceu com a Ducati e que a equipe o tem no coração. Na mesma entrevista o dirigente italiano colocou pressão sobre Dovizioso: "Temos que deixar a Áustria com 50 pontos porque quando Márquez retornar será um problema". Segundo a imprensa italiana, a fábrica vermelha tem uma opção de contrato com o espanhol que expira em 23 de agosto próximo. Seria um bom negócio para a equipe, cerca de oitocentos mil euros ao ano, bem menos que os 6 milhões de Euros pedidos por Dovizioso e muito aquém dos 12 milhões desembolsados ao piloto no passado. Boatos à parte, a prova de domingo acontece a partir das 9 da manhã com transmissão pelo FOX Sport.

Foto/Motogp

O italo brasileiro Morbideli tentara seu segundo pódio

Kartódromo Granja Viana destaca sucesso das categorias Rotax e prepara retorno da Copa KGV

As competições profissionais estão de volta ao Kartódromo Granja Viana e os motores Rotax fornecidos na Copa São Paulo de Kart estão mais potentes do que nunca. A organização aproveitou o tempo de pausa por conta da pandemia do coronavírus para ajustar algumas especificidades dos equipamentos e a evolução já pôde ser notada no último final de semana, como destaca Binho Carcasci, comandante da Bora Karting, empresa embaixadora da Rotax no Brasil.

"Ficamos felizes com os resultados do trabalho feito durante a pandemia na equalização dos motores no dinamômetro. As performances estavam bem próximas, como mostrou a diferença de apenas quatro milésimos na tomada da Rotax Max, entre o pole e o segundo colocado. Foi um bom retorno às competições na Copa São Paulo com grandes disputas nas baterias Rotax", diz Carcasci.

Neste final de semana, também haverá a disputa da segunda etapa da Copa KGV, que realiza a segunda das quatro etapas no Kartódromo Granja Viana. O mesmo protocolo de saúde utilizado na Copa São Paulo será seguido em busca de garantir a segurança de todos os envolvidos no evento.

Pela Rotax Max, o multicampeão brasileiro André Nicastro foi o vencedor da etapa com uma vitória e um terceiro lugar.

Na Rotax Mini Max, Enzo Nienkotter dominou o dia para ganhar o troféu de campeão da etapa com duas vitórias. "Fiquei muito satisfeito com a evolução que conseguimos no acerto do kart e com mais um final de semana com pole e vitória nas duas baterias. Uma meta para este ano é conseguir a classificação para o Mundial Rotax".

Alberto Cattucci foi o campeão da categoria Rotax Max/Masters e também comemorou a volta do kartismo.

João Vergara venceu a segunda bateria da Rotax Júnior Max e vai em busca do título entre os rookies. "O fim de semana foi principalmente uma alegria por poder estar competindo de novo e, mesmo que certa distância, poder ver todo mundo. Também foi muito bom ver quão iguais ficaram os motores sorteados levando a competição para o acerto do chassis e principalmente para o braço do piloto. O mais gratificante para nós foi ter feito um bom tempo na classificação e a volta mais rápida na corrida. Agora temos que voltar com a disciplina dos treinos para tirar a ferrugem dos meses parados. Nossa meta este ano é andar sempre lá na frente e sempre entre os mais rápidos, isso irá ajudar muito na minha experiência. Por fim, nós queremos ganhar o título da rookie".

Representante da Bora Karting no Brasil, Binho Carcasci ainda agradeceu o esforço da organização para o retorno das provas da Rotax.

"Estamos muito satisfeitos com os resultados do fim de semana. O trabalho incansável do Felipe Giaffone e do time do KGV na equalização dos motores no dinamômetro e na pista também deu resultados muito bons. Pudemos perceber que o trabalho das equipes e especialmente dos pilotos é que fizeram realmente a diferença. Vamos continuar trabalhando para garantir este equilíbrio. Aproveito para parabenizar o trabalho da administração do Kartódromo Granja Viana, que realizou com muito cuidado e eficiência todos os protocolos de segurança, deixando pilotos e equipes em ambiente seguro para a prática do esporte. Feliz que pudemos voltar com segurança".

Sete categorias vão acelerar neste sábado no Kartódromo Granja Viana, sendo realizadas duas provas para cada categoria. Confira a programação completa, que começa às 8h deste sábado no kartódromo em Cotia, na Grande São Paulo.

autojornal
o dia a dia motorizado

Prorrogada por um mês isenção das contas de água para baixa renda

O governo do estado de São Paulo anunciou, na sexta-feira, (14), a prorrogação por mais um mês da isenção de pagamento da tarifa de água para famílias de baixa renda. A medida está em vigor desde abril e beneficia, segundo o vice-governador, Rodrigo Garcia, aproximadamente 2,5 milhões de pessoas. A medida também impede o corte do fornecimento por não pagamento das contas.

"Consumidores das camadas mais pobres que de alguma maneira tiveram a sua renda afetada passam a contar com esse benefício por mais 30 dias", disse o vice-governador ao anunciar a prorrogação do benefício, que, agora, vale até o dia 15 de setembro.

A medida beneficia os clientes da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp) inclusos nas tarifas residencial social e residencial favela. A ação tem como objetivo minimizar os impactos da crise causada pela pandemia do novo coronavírus (covid-19) no estado.

Para os consumidores em geral, a Sabesb ampliou o prazo para o pagamento das contas, com a possibilidade de negociação das contas não pagas em até dez parcelas iguais. (Agência Brasil)

SP ultrapassa 3 milhões de testes de coronavírus com aumento de 3.000% na média diária

O Vice-Governador e Secretário de Governo Rodrigo Garcia anunciou na sexta-feira (14) que o Estado de São Paulo já realizou mais de 3 milhões de exames para diagnóstico do novo coronavírus e ampliou em 3.000% a média diária de testagem.

"Os números são resultado desse esforço do Estado na ampliação da política de testagem, em parceria com os laboratórios privados e também com os municípios, que receberam insumos e orientações para a realização dos seus testes. Isso é fundamental na estratégia de combate à pandemia", disse Garcia.

O balanço apresentado na coletiva de imprensa de sexta-feira (14) aponta 3.034.650 exames processados até o dia 12 de agosto. Desse total, 41,6 mil foram realizados em março; 150,8 mil em abril; 438,1 mil em maio; 867,8 mil em junho e 1,2 milhão em julho.

O balanço preliminar de agosto, com 277,2 mil exames, segue a tendência verificada até aqui no processo de expansão da testagem prevista nas estratégias do Governo do Estado para combate ao coronavírus.

São Paulo processa trinta vezes mais testes por dia em comparação à fase inicial da pandemia, com aumento gradativo a cada mês. Em março, a média diária era de 1.300 exames, sendo quadruplicada já em abril, com 5 mil por dia. Em maio passa a ser quase três vezes maior, com 13,8 mil testes diariamente. Essa média mais que dobra em junho, superando 28 mil exames diários. Outro salto é verificado em julho, com mais de 40 mil por dia. O cálculo da média diária de agosto requer a contabilização dos dados enviados à Saúde pela iniciativa privada.

Os aumentos são fruto das iniciativas de otimização da rede de laboratórios públicos e de unificação dos dados dos serviços privados de diagnóstico. Do total de testes realizados, 61,04% são RT-PCR, 27,6% são testes rápidos e 11,36% são outros métodos. Em março, apenas o PCR era realizado.

"A cada 15 pessoas, uma já foi testada. Continuaremos a ampliar o número de testes a serem realizados pela rede estadual, seja pelo Instituto Adolfo Lutz ou Instituto Butantan, para que, já na próxima semana, a capacidade de teste seja de 100 a cada 100 mil habitantes. Isso supera diversos países da Europa em termos de testagem", afirmou o Secretário de Estado da Saúde, Jean Gorinchteyn.

No Estado de São Paulo, o enfrentamento da pandemia é multifatorial, aliando estratégias de monitoramento da capacidade hospitalar, da evolução da pandemia quanto aos casos, óbitos e internações, além do fortalecimento da testagem e monitoramento de contatos.

A testagem em massa auxilia na condução das estratégias para reduzir a transmissão do coronavírus. A partir do momento em que um paciente tem um diagnóstico positivo, ele é isolado. Soma-se a isso o monitoramento das pessoas com quem ele teve contato, contribuindo para a identificação de novos casos suspeitos, ou seja, pessoas com sintomas como tosse seca, febre e falta de ar.

Os exames do tipo PCR servem para confirmar se a pessoa está infectada, sendo indicado até o sétimo dia de sintomas gripais. Já os testes rápidos permitem identificar se o paciente já foi contaminado no passado e passou a possuir anticorpos contra o coronavírus, com recomendação de uso após o oitavo dia de sintoma ou para pessoas assintomáticas.

Estado tem 26,6 mil mortes pela CoviD 19, casos caem na capital

O estado de São Paulo registra 26.613 mortes pelo novo coronavírus. Segundo o vice-governador Rodrigo Garcia, o crescimento da doença continua controlado, com a manutenção do número de mortes em um mesmo patamar, o chamado "platô", e, na capital paulista, há indícios que a pandemia está em declínio.

"Pela primeira vez, desde o início da pandemia, todas as regiões do estado têm uma ocupação dos leitos em unidades de terapia intensiva (UTI) abaixo de 80%", disse na sexta-feira, (14) durante a apresentação das estatísticas.

A média do estado é de ocupação de 57,8% nos leitos de UTIs. Na cidade de São Paulo, o prefeito Bruno Covas, disse que foi observada uma queda no número de internações diárias de 48 pedidos em maio, para 29 pedidos por dia em agosto. A ocupação das UTIs municipais está atualmente em menos de 50%. "Já são 80 dias de queda do número de mortes na cidade de São Paulo".

Queda na capital

De acordo com o prefeito, a capital paulista enfrentou o pico da pandemia no início de junho, quando chegou a registrar 129 mortes por dia. "A cidade de São Paulo evitou o crescimento exponencial, conseguimos achatar, entramos em um platô e, agora, tendência de queda", disse Covas. Cerca de 39% das mortes no estado pela doença aconteceram na capital paulista.

O secretário estadual de Saúde, Jean Gorinchteyn, disse que a pandemia no estado tem evoluído dentro das previsões e que em breve será possível dizer que realmente há um recuo no número de casos e mortes. "Ainda é cedo para a gente se antecipar. As próximas semanas nos trarão essa informação", ressaltou.

O estado tem atualmente 686.122 casos confirmados da covid-19. Segundo Gorinchteyn, os números também são resultado da política de testagem ampla que foi adotada no estado. Em julho, foram submetidas a exames para identificar o vírus uma média de 40 mil pessoas por dia.

Ajuste nos números

O governo estadual fez um ajuste nos números de mortes pelo novo coronavírus a partir de uma nova diretriz do Ministério da Saúde que permite a confirmação dos casos a partir de critérios clínicos. O coordenador executivo do Centro de Contingência Contra a Covid-19, João Gabbardo, explicou que pacientes com síndrome respiratória aguda grave podem ser considerados como casos de coronavírus caso apresentem sintomas específicos da doença ou tenham tido contato próximo com outro caso confirmado por exames.

Com a mudança, passaram a fazer parte da contabilidade de mortes pelo novo coronavírus 234 casos que se enquadram nessas especificações no estado.

Saúde do governador

O governador João Doria fez uma breve intervenção na entrevista coletiva por videoconferência para dar notícias a respeito do seu estado de saúde. Na quarta-feira (12), o governador foi diagnosticado positivo para o novo coronavírus. No entanto, ele não manifestou sintomas e segue trabalhando de casa. "Todas as reuniões virtuais que estavam programadas estão mantidas", ressaltou Doria. (Agência Brasil)

Governo do Estado atualiza classificação do Plano SP sem regressão de regiões

O Vice-Governador e Secretário de Governo Rodrigo Garcia apresentou, na sexta-feira (14), a 11ª atualização de classificações regionais do Plano São Paulo de enfrentamento ao coronavírus e retomada consciente da economia. Pela primeira vez em três meses, nenhuma região de saúde regrediu para etapas mais restritivas, com a maioria dos municípios do estado na fase amarela.

"Nós não tivemos, na avaliação de hoje, nenhum tipo de regressão das regiões do estado no Plano São Paulo", declarou Garcia, que também apontou quedas gerais nas taxas de ocupação hospitalar no estado. "Esses resultados mantêm a estabilização conquistada em cada uma das regiões. Hoje, 84 % da população de São Paulo está em áreas localizadas na fase amarela", acrescentou.

A estabilidade de evolução da pandemia na maior parte do território paulista culminou no menor índice estadual de ocupação de UTIs (Unidades de Terapia Intensiva) por pacientes infectados que estão em estado grave. Na semana epidemiológica compreendida entre os últimos dias 7 e 13, a ocupação hospitalar média foi de 57,8% em todo o estado.

Nas médias regionais, a capacidade hospitalar também registrou índices considerados positivos. Em todas as 17 áreas de DRSs (Departamentos Regionais de Saúde), o índice de ocupação hospitalar por pacientes graves contaminados pelo coronavírus ficou abaixo de 80%.

O Governo de São Paulo vem fazendo investimentos robustos nos últimos cinco meses para ampliar a capacidade hospitalar do SUS (Sistema Único de Saúde), garantir atendimento e evitar o colapso do sistema. "A ampliação do número de leitos e controle da pandemia em nosso estado continuam", afirmou o Secretário de Saúde Jean Gorinchteyn.

Sem mudanças em relação à semana passada, a classificação vigente do Plano São Paulo tem apenas as regiões de Franca e Registro na fase vermelha, com restrição total atendimento presencial em comércios e serviços não essenciais. Na fase laranja, estão as áreas de Barretos, Presidente Prudente e São José do Rio Preto, além das sub-regiões Norte e Oeste da Grande São Paulo.

A etapa amarela, que permite funcionamento restrito de bares, restaurantes, salões de beleza e academias, contempla as regiões de Araçatuba, Araraquara, Baixada Santista, Bauru, Campinas, Marília, Piracicaba, Ribeirão Preto, São João da Boa Vista, Sorocaba, Taubaté e as sub-regiões Leste, Sudeste e Sudoeste da Grande São Paulo, além da capital.

A próxima reclassificação de fases do Plano São Paulo está prevista para a próxima sexta-feira (21). Com a conclusão de mais um período de duas semanas epidemiológicas, a 12ª atualização poderá registrar novas progressões de fase se os índices de controle da pandemia e capacidade hospitalar se mantiverem com viés de queda na capital, interior e litoral.

Governador em isolamento

Em isolamento residencial há três dias após testagem positiva para coronavírus, o Governador João Doria fez uma pequena participação por teleconferência no início da entrevista coletiva desta sexta. Doria permanece sem sintomas e continua trabalhando de forma remota, assim como a Primeira Dama Bia Doria, que também foi infectada.

"Estamos seguindo a orientação da ciência e da medicina para a quarentena de dez dias, mas trabalhando regularmente. Todas as reuniões programadas estão mantidas e vamos continuar assim: trabalhando", afirmou o Governador. Doria agradeceu às mensagens de solidariedade e pediu que a população reforce a prevenção. "Todo o cuidado ainda é pouco com o coronavírus. Ele é traiçoeiro e não escolhe a quem pode infectar."

Lembre sempre de lavar as mãos

CESAR NETO

www.cesarneto.com

MÍDIAS

O jornalista **Cesar Neto** publica esta coluna diária de política na imprensa (São Paulo - Brasil) desde 1993. Na Internet desde 1996, www.cesarneto.com tornou-se referência das liberdades possíveis. Twitter **@CesarNetoReal** ... Email **cesar@cesarneto.com**

+

CÂMARA (SP)

Quando a deputada federal (PR) Gleise, 1ª mulher president(a) nacional, intervem em São Paulo, cobrando dos históricos do Lulismo que parem de abandonar a candidatura Jilmar (família Tatto) pra prefeitura 2020. Este tipo de crise - de confiança - é sempre a pior de todas

+

PREFEITURA (SP)

Agora que Datena (MDB) caiu fora pela 2ª vez de candidatura, ainda que fosse a vice do Bruno Covas, o prefeito de São Paulo remete todas as especulações - de quem será seu vice na campanha por reeleição - pra 12 setembro, data da convenção do PSDB fundado por seu avô

+

ASSEMBLEIA (SP)

Com os pés bem no chão, o deputado e histórico emedebista Jorge Caruso nunca se iludiu com a 'candidatura' do Datena (pelo MDB) à prefeitura paulistana (a 1ª foi pelo PP em 2016), ou até mesmo ser candidato a vice numa chapa por reeleição do prefeito Bruno Covas (PSDB)

+

GOVERNO (SP)

João Doria e a esposa Bia, seguem em quarentena por terem contraído o mutante Corona vírus (Covid 19). No isolamento, ele segue trabalhando em casa. Líder nacional do seu PSDB 'liberal de centro', ele segue apostando no sucesso da vacina chinesa em parceria com o Butantã

+

CONGRESSO (BR)

Deputados federais e senadores - do centrão ou não - estão de olho na melhor das avaliações do governo Bolsonaro, em função da ajuda de 600 Reais pra milhões de brasileiros vítimas maiores da Covid 19, mesmo no Nordeste, que eram tão fiéis ao Lulismo dos bolsa família etc.

+

PRESIDÊNCIA (BR)

Além da comemoração do aumento expressivo da popularidade do pai, os núcleos do Bolsonarismo comemoram o fato da pesquisa ter sido feita pela empresa ligada a um veículo de imprensa em São Paulo que faz oposição declarada ao governo, apostando na Covid 19

+

PARTIDOS (BR)

O fato do major (SP) Olímpio ter batido forte na possibilidade da volta do Bolsonaro pro PSL, não tira do dono - deputado federal (PE) Bivar - seguir mandando tudo e negociando por uma recomposição de uma legenda que elegeu via Bolsonaro a 2ª maior bancada do Congresso

+

HISTÓRIAS

Em 1985 rolou plebiscito no qual Santo Amaro podia ter voltado a ser município, mas a maioria da população votou contra. Neste mesmo ano, o ex-presidente Jânio Quadros, que morava no Brooklin, foi eleito pela 2ª vez prefeito de São Paulo, na volta das eleições diretas pras Capitais

cesar@cesarneto.com

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação
Viaduto 9 de Julho, 180
1º andar - Sala 12
CEP: 01050-060
Fone: 3258-1822

Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R$ 3,50

Jornalista Responsável
Maria Augusta V. Ferreira
Mtb. 19.548

Assinatura on-line
Mensal: R$ 20,00
Radiobrás – Agência Brasil

Publicidade Legal
Balanços, Atas e Convocações
R. Albion, 229 - Cj. 113 - Lapa
Telefone: 3832-4488

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Atividade econômica recua 10,94% no segundo trimestre

Em meio à pandemia da covid-19, a economia brasileira apresentou retração de 10,94% no segundo trimestre deste ano, comparado ao período anterior. É o que mostra o Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br), divulgado na sexta-feira, (14).

Na comparação entre o segundo trimestre deste ano e igual período de 2019, a queda chegou a 12,03%.

No primeiro semestre, a queda do IBC-Br ficou em 6,28%. Em 12 meses encerrados em junho, o recuo da atividade econômica foi de 2,55%.

Em junho, comparado a maio deste ano, o índice registrou crescimento de 4,89% (dado dessazonalizado). Na comparação com junho de 2019, houve queda de 7,05%.

O IBC-Br é uma forma de avaliar a evolução da atividade econômica brasileira e ajuda o BC a tomar decisões sobre a taxa básica de juros, a Selic.

O índice incorpora informações sobre o nível de atividade dos três setores da economia: indústria, comércio e serviços e agropecuária, além do volume de impostos.

No entanto, o indicador oficial sobre o desempenho da economia é o Produto Interno Bruto (PIB), soma de todos os bens e serviços produzidos no país, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Para o mercado financeiro, o PIB deve registrar queda de 5,62% neste ano. Na avaliação do governo, a retração será de 4,7%. E o BC prevê recuo de 6,4%, segundo o último Relatório Trimestral de Inflação, divulgado em junho. (Agência Brasil)

Desemprego na pandemia continua subindo e chega a 13,7%

Nos últimos quatro meses, em que o país passa pela pandemia de covid-19, cerca de 3 milhões de pessoas ficaram sem trabalho. Na quarta semana de julho, a taxa de desocupação chegou a 13,7%, o que corresponde a 12,9 milhões de pessoas. Os dados são da edição semanal da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) Covid-19, divulgada na sexta-feira, (14) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Quando a pesquisa teve início, na primeira semana de maio, eram 9,8 milhões de pessoas desocupadas. Na comparação com a terceira semana de julho, houve aumento de 550 mil pessoas entre os desocupados. A população ocupada do país foi estimada em 81,2 milhões, estável em relação à semana anterior e com queda em relação à semana de 3 a 9 de maio, quando 83,9 milhões de pessoas entravam nessa categoria.

De acordo com a coordenadora da pesquisa, Maria Lúcia Vieira, os demais dados relacionados a trabalho ficaram estáveis na comparação com a semana anterior, apesar da variação em relação a maio.

"Comparando com o início da pesquisa, o saldo da investigação é que a população ocupada está menor em 2,9 milhões de pessoas. A população desocupada está maior, pouco mais de 3 milhões. E a taxa de desocupação também está maior em 3,2 pontos percentuais. Isso num contexto em que a população informal vem caindo também".

Após queda na semana anterior, o número de pessoas que estavam temporariamente afastadas do trabalho por causa do distanciamento social voltou a crescer e somou 5,8 milhões, o que representa 7,1% da população ocupada. No início de maio eram 16,6 milhões de pessoas afastadas do trabalho, o que representava 19,8%. O trabalho remoto está sendo exercido por 8,3 milhões de profissionais (11,5%), apenas 300 mil a menos do que no início da pesquisa.

O grupo de pessoas que gostaria de trabalhar, mas não procurou emprego por causa da pandemia ou por falta de trabalho perto de casa, somou 18,5 milhões. A informalidade atinge 27,2 milhões de pessoas, 2,7 milhões a menos do que no início de maio. A taxa está em 33,5%, 1 ponto percentual acima do registrado na terceira semana de julho.

Maria Lúcia explica que entre os informais estão os empregados do setor privado e trabalhadores domésticos sem carteira assinada; empregadores e trabalhadores por conta própria que não contribuem para o INSS; e trabalhadores não remunerados que ajudam morador do domicílio ou parente.

"Vimos na divulgação da semana passada que essa população tinha caído. É uma força de trabalho que oscila bastante nessas comparações curtas. As pessoas entram e saem da força de trabalho com muita facilidade. Com mais facilidade que a população ocupada, que é formalizada".

A população fora da força de trabalho era de 76 milhões de pessoas, estável em relação à semana anterior e ao início da pesquisa. Desses, 36,9% disseram que gostariam de trabalhar.

Saúde

Em relação aos sintomas de covid-19, a pesquisa mostra que dos 13,3 milhões de pessoas que se queixaram de síndrome gripal, 3,3 milhões buscaram atendimento médico na semana de referência, sendo que 14,5% ficaram internadas, num total de 159 mil. No início de maio, 26,8 milhões relataram algum sintoma.

A queixa mais comum foi a dor de cabeça (6 milhões de pessoas), seguida por nariz entupido ou escorrendo (5,2 milhões), tosse (4,7 milhões), dor muscular (3,4 milhões), dor de garganta (3,8 milhões), fadiga (2,3 milhões), perda de olfato e paladar (1,8 milhão), dificuldade de respirar (1,7 milhão) e dor nos olhos (1,4 milhão).

Entre os 3,3 milhões de pessoas que buscaram atendimento, 42,2% foram a postos de saúde públicos, 20,2% a prontos-socorros e 19,9% a hospitais do Sistema Único de Saúde (SUS). Atendimento ambulatorial na rede privada ou militar foi procurado por 7,3%, enquanto 3,7% buscaram prontos-socorros privados e 13,7% para hospitais privados.

Na quarta semana de julho, 75,7% dos participantes da pesquisa não procuraram estabelecimento de saúde, mas 58,9% tomaram remédio por conta própria. Outros 10,8% se medicaram com orientação médica, 3,2% ligaram para algum profissional de saúde e 3,1% receberam visita de profissional de saúde do SUS. (Agência Brasil)

Confiança do empresário cresce e do consumidor cai, diz FGV

O Índice de Confiança Empresarial cresceu 5,8 pontos na prévia de agosto, chegando e a 93,3 pontos em uma escala de zero a 200 pontos. Por outro lado, o Índice de Confiança do Consumidor recuou 3 pontos, para 75,8 pontos, na mesma prévia.

De acordo com o economista da FGV Rodolpho Tobler, o resultado da prévia de agosto mostra continuidade na recuperação da confiança do empresariado brasileiro, que está apenas 2,7 pontos abaixo do patamar de fevereiro, antes da pandemia do novo coronavírus.

A confiança cresceu mais entre os empresários da indústria (8,8 pontos) e comércio (10,2) do que entre o empresariado de serviços (3,6) e construção (1,7).

O Índice de Situação Atual dos empresários subiu 8 pontos, para 87,7 pontos, na prévia de agosto, enquanto o Índice de Expectativas Empresarial cresceu 4,8 pontos, para 90,4 pontos. (Agência Brasil)

Indústria produz 97 mil motocicletas em julho e faz adequações para atender à demanda

A indústria brasileira de motocicletas registrou em julho 97.920 unidades produzidas no Polo Industrial de Manaus (PIM), de acordo com dados da Associação Brasileira dos Fabricantes de Motocicletas, Ciclomotores, Motonetas, Bicicletas e Similares – Abraciclo. O volume produzido em julho corresponde a uma alta de 25,3% em relação a junho do presente ano (78.130 unidades) e crescimento de 6,8% ante o total do mesmo mês do ano passado (91.713 unidades).

"Esses números representam um alívio diante da situação enfrentada até o momento com os impactos da pandemia da covid-19, pois mostram uma curva ascendente de produção, com recuperação gradativa dos volumes nas fábricas", diz Marcos Fermanian, presidente da Abraciclo.

No acumulado de janeiro a julho foram fabricadas 490.137 motocicletas, significando, no entanto, uma redução de 22,1% na comparação com o mesmo período de 2019 (628.818 unidades).

"O setor ainda enfrenta um desequilíbrio entre oferta e demanda em relação a determinados modelos de motocicletas, porque as fábricas tiveram quase dois meses de paralisações em função das medidas adotadas para a prevenção ao contágio e, a partir daí, passaram a realizar ajustes necessários para a adequação da produção", explica Fermanian.

VENDAS NO ATACADO

As fábricas venderam no atacado – para as concessionárias – 91.454 motocicletas em julho, volume que correspondeu a um crescimento de 20% em relação ao mês anterior (76.189 unidades) e alta de 4,8% ante julho do ano passado (87.240 motocicletas).

No acumulado do ano as vendas no atacado somaram 468.573 unidades, significando uma queda de 23,9% na comparação com o mesmo período de 2019 (616.133 unidades).

DESEMPENHO POR CATEGORIA

Em julho a categoria Sport foi a que registrou maior crescimento em termos de variação porcentual. Foram comercializadas 664 unidades, volume 42,5% superior ao registrado no mês anterior (466 unidades). Na comparação com julho do ano passado (329 unidades), houve uma alta de 101,8%.

Em números absolutos a Street se manteve como a categoria mais comercializada no atacado, com 50.393 unidades em julho, aumento de 22,4% na comparação com o mês anterior (41.177 unidades) e de 12% em relação a julho do ano passado (45.009 unidades).

No acumulado do ano a Street seguiu como a categoria líder no Brasil, com 244.622 unidades e 52,2% de participação no total. Na sequência vieram a Trail com 85.910 unidades e 18,3% de participação e a Motoneta, com 70.913 unidades e 15,1% de participação.

EMPLACAMENTOS

Em julho os emplacamentos cresceram na comparação com junho do presente ano. Segundo levantamento do Registro Nacional de Veículos Automotores (Renavam) analisado pela Abraciclo, foram licenciadas 85.148 motocicletas, correspondendo a uma alta de 85,7% na comparação com junho (45.855 unidades) e recuo de 5,4% em relação a julho de 2019 (90.048 unidades).

A média diária de vendas em julho, que teve 23 dias úteis, foi de 3.702 unidades, indicando um crescimento de 61,4% na comparação com junho do presente ano (2.293 unidades/dia e 20 dias úteis). Em relação a julho de 2019 (3.915 unidades/dia), que também teve 23 dias úteis, houve um recuo de 5,4%.

"Ao avaliar o desempenho do mercado pela média diária de vendas de cada quinzena de março a julho, verifica-se um crescimento constante e, portanto, consistente, desde o final de maio até os dias atuais. Esta evolução decorre da retomada dos níveis de produção das fábricas e, simultaneamente, da flexibilização e expansão das atividades comerciais nas cidades brasileiras", explica Fermanian.

Lembre sempre de lavar as mãos

INTERNACIONAL

Temer se encontra primeiro-ministro interino do Líbano

O ex-presidente Michel Temer, chefe da missão brasileira no Líbano, se reuniu na sexta-feira, (14) com o primeiro-ministro interino do Líbano, Hassan Diab. O encontro faz parte das tratativas do governo brasileiro na ajuda ao país do Oriente Médio. Durante o encontro, a delegação brasileira expressou solidariedade do povo brasileiro ao povo libanês e se mostrou pronta para ajudar o Líbano.

A delegação brasileira chegou na quinta-feira,m (13) ao país. A delegação chefiada por Temer foi recebida no Aeroporto Internacional de Beirute por autoridades locais, lideranças religiosas e por integrantes da Força-Tarefa Marítima Unifil, missão de paz da Organização das Nações Unidas (ONU).

Ainda no aeroporto, Temer presidiu a Cerimônia de Entrega Oficial da Ajuda Humanitária ao Líbano. Em seu discurso, anunciou que milhares de toneladas de alimentos vindas do Brasil chegarão ao país por via marítima. "O povo brasileiro está muito empenhado em ajudar o Líbano. Estamos trazendo, agora, seis toneladas de alimentos e medicamentos. Mais 4 mil toneladas de arroz virão por via marítima. Além disso, a comunidade libanesa me comunicou, hoje [quinta-feira] pela manhã, que ainda há mais 20 toneladas arrecadadas", disse o ex-presidente brasileiro.

A aeronave KC-390, da Força Aérea Brasileira (FAB), deixou o Brasil com 6 toneladas de materiais, entre medicamentos, equipamentos de saúde e alimentos, doados pelo Ministério da Saúde e pela comunidade libanesa no Brasil. Outro avião da FAB, o Embraer 190, levou os integrantes da comitiva.

Além de Temer, chefe da missão e filho de libaneses, compõem a missão os senadores Nelson Trad Filho e Luiz Pastore, além do secretário de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Flávio Viana Rocha, dentre outros.

Crise

A explosão em Beirute, no dia 4 de agosto, sentida a 240 quilômetros (km) de distância, ocorreu em um período sensível para o Líbano, que vive crescente crise econômica e divisões internas, enquanto lida com os danos provocados pela pandemia da covid-19.

Os últimos tempos têm sido marcados por manifestações nas ruas do país contra o modo como o governo lida com aquela que é considerada a pior crise econômica desde a guerra civil de 1975-1990.

O Líbano, que tem uma dívida pública de US$ 90 bilhões, importa a maioria da sua comida, e o porto de Beirute, fundamental no armazenamento dessas importações, está agora destruído.

As explosões na região portuária de Beirute foram causadas por problemas no armazenamento de cerca de 2.750 toneladas de nitrato de amônio, substância usada na produção de explosivos e fertilizantes.

No dia 10 de agosto o primeiro-ministro, Hassan Diab, renunciou após protestos da população. Ele e seu gabinete, no entanto, continuam no cargo até a formação de um novo governo. (Agência Brasil)

EUA: Correios alertam para risco de atraso em contagem de votos

Antes de uma eleição presidencial na qual até metade dos eleitores dos Estados Unidos pode enviar os votos pelos correios, o Serviço Postal está alertando alguns estados sobre a necessidade de proporcionar mais tempo para a contagem das cédulas.

O Serviço Postal disse que em ao menos três deles – Michigan, Pensilvânia e Washington – existe um "risco considerável" de os eleitores não terem tempo suficiente para preencher e enviar seus votos respeitando as leis estaduais atuais, que permitem que os cidadãos solicitem cédulas a poucos dias da eleição.

O Serviço destaca a possibilidade de um número significativo de votos para a eleição presidencial de 3 de novembro não ser contado se as cédulas forem devolvidas muito tarde.

"As autoridades eleitorais estaduais e municipais precisam entender e levar em conta nossos padrões operacionais e cronogramas recomendados", disse a porta-voz do Serviço Postal, Martha Johnson.

As autoridades eleitorais têm corrido para se prepararem para uma avalanche de votos pelos correios, já que os norte-americanos estão evitando aglomerações devido à pandemia de covid-19, que levou muitos estados a facilitarem esta modalidade de votação.

O próprio Serviço Postal foi arrastado a uma batalha política.

O presidente Donald Trump, que aparece atrás do rival democrata Joe Biden em pesquisas de opinião, rejeita uma votação postal em larga escala, dizendo sem provas que ela pode levar a uma fraude. Biden e outros democratas acusam Trump de tentar desestimular o voto pelos correios por acreditar que isso aumentaria as chances de ele se reeleger.

Especialistas eleitorais dizem que a votação postal é tão segura quanto qualquer outro método. (Agência Brasil)

UE fecha com AstraZeneca primeiro acordo de vacina contra Covid-19

A Comissão Europeia anunciou na sexta-feira (14) que chegou a um acordo com a farmacêutica britânica AstraZeneca para a compra de pelo menos 300 milhões de doses de sua potencial vacina contra a covid-19.

O órgão executivo da União Europeia, que negocia em nome dos 27 países do bloco, disse que o acordo prevê a opção de comprar 100 milhões de doses adicionais caso a vacina se prova segura e eficaz.

O acordo é a primeira compra antecipada da UE de uma vacina potencial contra o coronavírus.

"Hoje, depois de semanas de negociações, temos o primeiro Acordo de Compra Antecipada da UE para uma candidata a vacina", disse a comissária de Saúde do bloco, Stella Kyriakides, em comunicado.

O acordo vem depois de um acerto inicial com a AstraZeneca alcançado em março pela Aliança para Vacinas Inclusivas da Europa (IVA), grupo formado por França, Alemanha, Itália e Holanda para assegurar doses da vacina para todos os Estados-membros.

A Comissão não divulgou os termos do novo acordo, nem disse se as condições acordadas inicialmente foram alteradas. (Agência Brasil)

Estudo confirma eficácia da Coronavac na fase 2 dos testes clínicos

A vacina Coronavac se mostrou eficaz e segura, segundo estudo publicado nesta semana pela farmacêutica chinesa Sinovac Life Science. O trabalho analisou o comportamento de 600 voluntários vacinados na China durante a fase 2 dos testes clínicos. A vacina é desenvolvida pela Sinovac Life Science em parceria com o Instituto Butantan.

De acordo com o coordenador dos ensaios clínicos da vacina Coronavac e diretor médico de Pesquisa Clínica do Instituto Butantan, Ricardo Palacios, o produto é muito promissor e eficaz. "Os estudos feitos até agora, na China, demonstraram que mais de 90% dos voluntários que receberam as vacinas tiveram anticorpos capazes de neutralizar o coronavírus, isso é um diferencial", afirmou.

Segundo Palácios, os testes mostraram que entre duas e quatro semanas a pessoa está imunizada. "Duas semanas após a segunda dose as pessoas têm níveis de anticorpos capazes de neutralizar o vírus da covid-19", afirmou Palácios, em entrevista à Agência Brasil.

Cada voluntário recebeu duas doses, sendo metade a vacina propriamente dita e a outra metade placebo. De acordo com o que foi identificado nos estudos, não existe nenhuma preocupação com relação segurança da vacina utilizada nos voluntários. Dentre as principais reações está leve dor no local da aplicação, comum em outros tipos de vacina.

O laboratório asiático já realizou testes em cerca de mil voluntários na China, nas fases 1 e 2. Antes, o modelo experimental aplicado em macacos apresentou resultados expressivos em termos de resposta imune contra o coronavírus.

A farmacêutica forneceu ao Butantan as doses da vacina para a realização de testes clínicos de fase 3, a última fase, em voluntários no Brasil, com o objetivo de demonstrar sua eficácia e segurança. Os testes estão sendo feitos com os profissionais de saúde. Serão 9 mil voluntários da área de saúde em seis estados brasileiros: São Paulo, Brasília, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraná.

"A vacina é aplicada em voluntários, profissionais de saúde, que estão na alinha de frente nos hospitais e que têm maior risco de contrair a doença, e isso é muito importante`, porque são profissionais que vão cuidar da gente, se ficarmos doentes", disse Palacios.

Caso a vacina seja aprovada, será realizada a transferência de tecnologia para produção em escala e fornecimento gratuito pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Mas, antes, segundo Palacios, é preciso instalar a estrutura industrial para a produção.

"A parte de produção do vírus inativado propriamente dito é um pouco mais complexa, tem as adequações da própria estrutura, mas já começamos com essas adequações de equipamentos para, no término dos estudos, já estarmos com isso planejado". O passo seguinte será o registro do imunizante pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). (Agência Brasil)

Consórcios vencem leilão de PPPs de iluminação com deságio de até 58%

O consórcio Luz de Franco foi o vencedor do leilão da Parceria Público-Privada da iluminação pública da cidade de Franco da Rocha, na região metropolitana de São Paulo, com a proposta de contraprestação de R$ 249.249,98, com deságio de 38,75%.

Também foi fechada a PPP com o Consórcio Conecta Feira, de Feira de Santana (Bahia), com valor de contraprestação de R$ 785.800 e deságio de 56,20%; e com o Consórcio Conecta Aracaju para iluminação pública na capital sergipana, com deságio de 58,70% ao chegar na contraprestação de R$ 744.555. O leilão foi realizado na sexta-feira (14) pelo governo federal, na Bolsa de Valores de São Paulo (B3).

Os vencedores serão responsáveis por desenvolver, modernizar, expandir, operar e manter a rede municipal de iluminação pública pelo período de 13 anos. Publicados por meio do FEP Caixa, os editais fazem parte de um conjunto de iniciativas apoiadas e cofinanciadas pelo Banco Mundial por meio da Financial International Corporation e da Global Infrastructure Facility.

Os projetos abrangem a modernização de pontos de iluminação pública com uso de lâmpadas de LED e telegestão, visando promover a redução do consumo de energia, melhorar a qualidade dos serviços e valorizar o uso dos espaços urbanos pela população.

Em Feira de Santana, o edital envolve a modernização de 61 mil pontos de luz e investimentos da ordem de R$ 275 milhões. Segundo o prefeito Feira de Santana, Colbert Martins, este foi o primeiro passo e a cidade já está pronta para outras PPPs de investimento que possam trazer benefícios e desenvolvimento para a região. "Confiamos nesse tipo de ação. Espero que ações como essa estimulem os prefeitos que estão nos acompanhando porque estamos dando o passo adequado."

Em Aracaju, são 58 mil pontos de luz a serem modernizados e investimentos estimados em R$ 257 milhões. O prefeito de Aracaju, Edvaldo Nogueira, elogiou a união de esforços de todos os envolvidos para encontrar uma solução capaz de resolver o que chamou de problema histórico para as prefeitura, que é a iluminação pública. "Estou no meu terceiro mandato e venho tentando encontrar uma saída para a iluminação pública há algum tempo. Nós conseguimos encontrar por essa parceria, com uma fórmula que vai permitir um investimento possível e que levará serviço de qualidade para a população."

Em Franco da Rocha, serão investidos R$ 58 milhões e a modernização de 10 mil pontos de luz no município. "Franco da Rocha é uma cidade na qual ninguém acreditava ser possível viabilizar um projeto desse porte porque é um município com IDH muito pequeno, dificuldade de buscar investimento e construir essa modelagem. Por isso essa parceria foi fundamental", afirmou o prefeito de Franco da Rocha, Kiko Celeguim.

O ministro de Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho, ressaltou que há mais de cinco mil municípios que precisam de investimentos e iniciar esse processo de PPPs. "Que este seja só o início de um projeto que tome conta do Brasil. Que estes prefeitos sejam a referência de boas práticas administrativas, que vão contar com o apoio das instituições presentes, especialmente do governo federal."

A secretária especial do Programa de Parcerias de Investimentos (SPPI) do Ministério da Economia, Martha Seillier, destacou que a PPP traz o efeito de agregar ao poder público um parceiro privado para prestar um serviço mais barato e eficiente para a população. Segundo ela, a economia de energia ultrapassa 50% nesses projetos e conta com a gestão de instrumentos modernos para garantir a qualidade do serviço prestado, além de contribuir com a segurança pública.

"Temos estudos com o Ministério da Justiça e Segurança Pública que mostram que investir em iluminação pública é investir em segurança pública e que cidades mais iluminadas são cidades mais seguras com destaque para as áreas turísticas nesses projetos, já que estão previstos pontos especiais de iluminação onde prédios históricos e áreas culturais importantes ganharão um reforço na iluminação", disse. (Agência Brasil)

Em 10 dias Anvisa deve receber pedido de registro de soros de cavalos

Nos próximos cinco a dez dias, será encaminhado à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) pedido do grupo de pesquisadores de várias instituições científicas para continuidade do projeto que desenvolve um produto à base de soros de cavalos para o tratamento da covid-19. A informação foi dada na sexta-feira, (14), à Agência Brasil pelo coordenador do projeto, Jerson Lima Silva, do Instituto de Bioquímica Médica da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Ao longo da próxima semana, os pesquisadores vão pedir à Anvisa uma reunião oficial sobre o projeto que envolve também o Instituto Vital Brazil (IVB), o Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia (Coppe/UFRJ) e a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

Jerson Lima Silva disse que a Anvisa está correta ao destacar que sem o pedido de condução de estudo ou de registro de produto feito a partir do soro de equinos para tratamento da covid-19 não é possível para a Agência fazer qualquer avaliação ou pronunciamento em relação à qualidade, segurança e eficácia desse produto. De acordo com a Anvisa, não é possível também fazer qualquer afirmação sobre expectativa de aprovação e de tempo antes que haja uma solicitação formal sobre o produto em questão.

Testes clínicos

Silva afirmou que o encaminhamento do pedido e sua aprovação são condições essenciais para que sejam iniciados os testes clínicos com pacientes com diagnóstico confirmado de covid-19 que estejam internados, mas não se encontram em unidades de terapia intensiva. Os testes vão comparar quem recebeu o tratamento com quem não recebeu. Esses estudos clínicos serão efetuados em parceria com o Instituto D'Or de Pesquisa e Ensino (Idor).

Os trabalhos dos pesquisadores foram iniciados em maio deste ano com cavalos do Instituto Vital Brazil (IVB) e confirmaram que soros produzidos por equinos para o tratamento da covid-19 têm, em alguns casos, até 100 vezes mais potência em termos de anticorpos neutralizantes do vírus gerador da doença.

Anvisa

A função da Anvisa é avaliar os pedidos de registro e autorizações de estudos apresentados pelos laboratórios farmacêuticos que têm interesse em colocar seus medicamentos e vacinas no Brasil. A avaliação da Agência tem foco na qualidade, segurança e eficácia, que são os requisitos fundamentais para qualquer medicamento ou vacina. Segundo a Anvisa, desde o início da pandemia do novo coronavírus, foram editadas pelo órgão várias medidas que "dão prioridade total para qualquer medicamento ou vacina que tenha como foco o enfrentamento da covid-19".

As solicitações de autorização de estudo clínico (teste em humanos) têm sido avaliadas pela Anvisa no prazo de 72 horas. Para conseguir esse prazo, são realizadas reuniões com as empresas e é acionado o comitê de avaliação de estudos clínicos, registros e mudanças pós-registro de medicamentos para prevenção ou tratamento da covid-19, que é uma estrutura interna da Anvisa, informou a assessoria de imprensa da Agência. (Agência Brasil)

ATAS/BALANÇOS/EDITAIS/LEILÕES

Brasbauer Equipamentos de Perfuração Ltda.
CNPJ/MF nº 11.640.370/0001-00 – NIRE 35.223.566.496
Ata de Reunião dos Sócios de realizada em 12 de agosto de 2020

Data, hora e local: 12/08/2020, às 11h00, na sede social da Rua Olimpíadas, nº 194, conjunto 91, São Paulo-SP. **Presença**: sócios representando 100% do capital social da Sociedade, a saber: **Bauer Maschinen GmbH,** *CNPJ/MF nº* 11.030.695/0001-70 neste ato representada por seu Procurador no Brasil, **Gustavo Stüssi Neves**, *OAB/SP nº* 124.885-A, CPF/MF nº 406.092.277-34, conforme expressas instruções recebidas em 12/08/2020 via e-mail do Sr. Rene Gudjone, em conformidade com a cláusula 3.1 do Primeiro Aditivo ao Contrato de Mandato celebrado entre o procurador e **Bauer Maschinen GmbH** em abril de dezembro de 2013, e **Brasfond Fundações Especiais Ltda.**, nova denominação de **Brasfond Fundações Especiais S/A,** CNPJ/MF nº 48.228.548/0001-50, neste ato representada na forma de seus Estatutos por seu Diretor Sr. **Dario Libano**, RNE nº W277013-7, CPF nº 221.616.058-01. **Ordem do Dia: 1)** Deliberação sobre a redução de capital social para absorção de prejuízos com consequente cancelamento de quotas; **2)** Deliberação sobre a redução de capital social por excesso e forma de restituição do valor do mesmo aos sócios. **3)** a alteração da redação da Cláusula 3 do Contrato Social para, em sendo o caso, incorporar as deliberações a serem tomadas em relação aos itens anteriores. **Decisões da Reunião dos Sócios: 1)** Aprovada, por unanimidade, de acordo com o Artigo 1.082, inciso I, do Código Civil, a redução do capital social de R$ 11.015.859,00 para R$ 8.330.529,00, redução portanto de R$ 2.685.330,00, mediante a absorção da totalidade dos prejuízos acumulados pela Sociedade, conforme registrado no Balanço Patrimonial levantado em 31/12/2019, por considerarem referidas perdas irreparáveis, com o proporcional cancelamento de 2.685.330 quotas, no valor nominal de R$ 1,00 cada uma, proporcionalmente à participação dos sócios no capital social. **2)** Ato contínuo, aprovada, por unanimidade, de acordo com o Artigo 1.082, inciso II, do Código Civil, a redução do capital social de R$ 8.330.529,00 para R$ 1.663.863,00, por julgá-lo excessivo em relação ao objeto social, mediante cancelamento de 6.666.666 quotas, no valor nominal de R$ 1,00 cada uma, sendo 4.000.000 de quotas detidas pela sócia Bauer Maschinen GmbH, e 2.666.666 de quotas detidas pela sócia Brasfond Fundações Especiais Ltda., devendo o valor de R$ 4.000.000,00 ser restituído à sócia Bauer Maschinen GmbH, e o valor de R$ 2.666.666,00 ser restituído à sócia Brasfond Fundações Especiais Ltda., de acordo com a disponibilidade de caixa da Sociedade e somente após observado o prazo de 90 dias em conformidade com o disposto no Artigo 1.084 do Código Civil. **3)** Em razão das deliberações anteriores, as sócias decidem, por unanimidade, alterar a redação da Cláusula 3 do Contrato Social, que passará a ter a seguinte redação: "*3. Capital: 3.1. O capital da sociedade é de R$ 1.663.863,00, totalmente subscrito e integralizado, sendo em moeda corrente nacional, dividido em 1.663.863 de quotas, com valor nominal de R$ 1,00 cada uma, assim distribuídas entre as sócias:*

Sócias	Quotas	R$	%
Bauer Maschinen GmbH	998.318	998.318,00	60%
Brasfond Fundações Especiais Ltda.	665.545	665.545,00	40%
Total	1.663.863	1.663.863,00	100%

"3.2 A responsabilidade das sócias, de acordo com o artigo 1.052 da Lei nº 10.406/02, é limitada ao valor de suas respectivas quotas, todas respondem solidariamente pela integralização do capital social. 3.3 As sócias não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais". Extrato desta ata deverá ser publicado nos termos dos artigos 1.152 § 1º e 1.084 do Código Civil e, após decorridos 90 dias sem qualquer impugnação, as alterações decorrentes destas deliberações deverão ser refletidas no Contrato Social da Sociedade mediante a respectiva Alteração do Contrato Social. Quaisquer impugnações às deliberações supra deverão ser enviadas por carta registrada ao endereço da sede social da Sociedade. Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata. São Paulo, 12/08/2020. Assinaturas: **Bauer Maschinen GmbH** – Gustavo Stüssi Neves; **Brasfond Fundações Especiais Ltda.** p.p. Dario Libano.

Escola Pacto Berçário - Educação Infantil Ltda.
CNPJ/MF nº 05.318.131/0001-35
Convocação - Reunião de Sócios

Ficam desde já convocadas as Senhoras Sócias da **Escola Pacto Berçário - Educação Infantil Ltda.**, para se reunirem no próximo dia 24.08.2020, às 10h00, na sede da Sociedade, São Paulo/SP Rua Carlos Steinen, 59, Paraíso, CEP 04004-010, para tratar da seguinte **ordem do dia**: **(a)** deliberar sobre a destituição da Sócia Claudiane Peres de seu cargo de administradora da Sociedade; **(b)** alteração da Cláusula 8ª do Contrato Social da Sociedade, caso aprovado o item 3º da ordem do dia; **(c)** deliberar sobre proposta de grupamento das quotas representativas do capital social da Sociedade, na proporção de 1.000 quotas, para 1 quota, com alteração do valor nominal das quotas e sem alteração do capital social da Sociedade; **(d)** alteração da Cláusula 5ª do Contrato Social para refletir a nova composição do capital social; e **(e)** autorizar a administração da Sociedade a praticar todos os atos necessários à plena implementação das deliberações tomadas nos termos desta ordem do dia. São Paulo, 13.08.2020. **Maria José Santiago Martins Mammana** - Sócia Administradora

CIBRASEC – COMPANHIA BRASILEIRA DE SECURITIZAÇÃO
COMPANHIA ABERTA - CNPJ/MF Nº 02.105.040/0001-23 - NIRE 35300151402

ASSEMBLEIA GERAL DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DA 1ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO DA CIBRASEC – COMPANHIA BRASILEIRA DE SECURITIZAÇÃO - EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Os senhores Titulares de Certificados de Recebíveis do Agronegócio ("CRA") da 1ª Série da 1ª Emissão da CIBRASEC COMPANHIA BRASILEIRA DE SECURITIZAÇÃO ("CRA", "Emissão" e "Emissora", respectivamente), a VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA. ("Agente Fiduciário"), e os representantes da Emissora, são convidados a se reunir em **Assembleia Geral**, a ser realizada, em primeira convocação, em **03 de Setembro de 2020, às 10h** ("Data da Assembleia"), que ocorrerá de forma exclusivamente digital, através da plataforma unificada de comunicação Microsoft Teams, observando o disposto na Instrução CVM nº 625, de 14 de maio de 2020, a fim de deliberar sobre: **(a)** A não decretação de Vencimento Antecipado das Debêntures, e consequentemente dos CRA, nos termos da cláusula 6.1, item "ii" da Escritura de Emissão de Debêntures, tendo em vista o descumprimento da correta destinação dos recursos captados por meio dos CRA, observando que foi adquirido açúcar da CRV Industrial LTDA, empresa não listada no Anexo II da Escritura de Emissão de Debêntures ("CRV"), no montante R$ 36.668.906,43 destinados, em desconformidade com o previsto nas cláusulas 3.5.2 e 3.5.3 da referida escritura, observando a notificação encaminhada pelo Agente Fiduciário à Devedora, em 18 de fevereiro de 2020 e a contramotificação encaminhada pela Devedora em 12 de março de 2020. **(b)** Autorizar a Emissora, em conjunto com o Agente Fiduciário, a celebrar todos os atos necessários para a implementação das deliberações desta assembleia. O link de acesso à Assembleia Geral, bem como as Orientações Gerais a ser observadas para o ingresso na Assembleia Geral serão encaminhadas pelo Agente Fiduciário aos Titulares dos CRA e disponibilizados no site do Agente Fiduciário, qual seja, www.vortx.com.br. Os documentos necessários para comprovação de titularidade e representação deverão ser encaminhados para ger@cibrasec.com.br, juridico@lechrad.com.br e para assembleias@vortx.com.br com cópia para agentefiduciario@vortx.com.br no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas da Data da Assembleia, sob pena de não ingresso no referido conclave. A presente Assembleia Geral instalar-se-á em primeira convocação com no mínimo 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos CRA em circulação e em segunda convocação 30% (trinta por cento) dos CRA em circulação, sendo deliberado pela maioria dos presentes. São Paulo, 14 de agosto de 2020. **DANIEL MAGALHÃES - Diretor Presidente e de Relação com Investidores**

ISEC SECURITIZADORA S.A. - CNPJ/MF nº 08.769.451/0001-08 - NIRE 35.300.340.949
EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 7ª E 8ª SÉRIES DA 4ª EMISSÃO ISEC SECURITIZADORA S.A.

A ISEC Securitizadora S.A. ("Securitizadora"), vem por meio deste, convocar os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 7ª e 8ª Séries da 4ª Emissão da Securitizadora ("CRI"), nos termos da Cláusula 12.3 do Termo de Securitização para Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da 7ª e 8ª Séries da 4ª Emissão da ISEC Securitizadora S.A." ("Termo de Securitização") a reunirem-se em 1ª convocação para Assembleia Geral de Titulares de CRI, **a realizar-se no dia 04 de setembro de 2020, às 10h00**, de forma exclusivamente digital, através da plataforma unificada *Microsoft Teams*, nos termos da Instrução CVM nº 625, de 14 de maio de 2020, mediante envio de link para a participação da conclave pela Securitizadora, para deliberar sobre as seguintes ordens do dia: (i) A aprovação ou não, do pedido formulado pelo Devedor, para isenção do reajuste anual, realizado exclusivamente no mês de Junho de 2020, com base na variação acumulada do Índice Geral de Preços ao Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ("IGPM/FVG") do Contrato de Locação por Encomenda de Imóvel para Fins Exclusivamente Comerciais, firmado em 17 de abril de 2017, lastro da operação de CRI da 7ª e 8ª Séries da 4ª Emissão da Securitizadora, em decorrência da decretação da pandemia mundial COVID19; (ii) Em caso de aprovação do item acima, não haverá arrecadação de valores excedentes e consequentemente, não ocorrerá o pagamento do Prêmio de Subordinação, estabelecido na cláusula 5.2. do Termo de Securitização; e, (iii) Autorizar o Agente Fiduciário para, em conjunto com a Securitizadora, realizar todos os atos e celebrar todos e quaisquer documentos que se façam necessários para implementar o deliberado nos itens acima. A Securitizadora deixa registrado, para fins de esclarecimento, que a assembleia será instalada em primeira convocação com a presença dos Titulares dos CRI que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos CRI em Circulação. As deliberações das Assembleias Gerais deverão ser tomadas, seja em primeira convocação da Assembleia Geral ou em qualquer convocação subsequente, por Titulares que representem a maioria dos CRI em Circulação presentes na Assembleia Geral, desde que representem 25% (vinte e cinco por cento) dos CRI em Circulação, observados os quóruns estabelecidos neste Termo de Securitização, serão consideradas existentes, válidas e eficazes perante a Emissora, bem como obrigarão a Emissora e a todos os Titulares dos CRI. Referimos que o link para a participação da conferência será enviado a cada um dos titulares que se cadastrarem diretamente com o Agente Fiduciário e com a Securitizadora, mediante o envio de documentos de representação (contrato/estatuto social, atas de eleição, procurações, documentos de identificação - RG e CPF - dos signatários) para os e-mails: assembleias@vortx.com.br, com cópia para agentefiduciario@vortx.com.br; juridico@isecbrasil.com.br e gestao@isecbrasil.com.br. Os titulares dos CRI poderão ser representados na assembleia por procuração, emitida há menos de um ano, por instrumento público ou particular com firma reconhecida ou abono bancário do signatário, acompanhada de cópia de documento de identidade do outorgado, bem como todos os demais documentos necessários para a verificação dos poderes. Para que a verificação de quórum seja feita com certa celeridade e de forma eficaz, solicitamos que os instrumentos de mandato com poderes para representação e voto na referida assembleia sejam encaminhados à Securitizadora e à Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda, para assembleias@vortx.com.br com cópia para agentefiduciario@vortx.com.br; juridico@isecbrasil.com.br e gestao@isecbrasil.com.br. São Paulo, 15 de agosto de 2020. **ISEC SECURITIZADORA S.A.**

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 30 DIAS. PROCESSO Nº 1028942-53.2017.8.26.0100 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 22ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Mario Chiavile Júnior, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(s) MARIA SEBASTIANA DOS SANTOS, Brasileira, CPF 705.701.374-49, que lhe foi proposta uma ação de Execução de Título Extrajudicial por parte do BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A, para cobrança de R$ 68.264,28 (dez/2018), referente ao saldo devedor da Cédula de Crédito Bancário - Crédito Direto ao Consumidor nº 860000002680. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para que em 03 dias, a fluir após os 30 dias supra, pague o quantum reclamado, acrescido de juros e correção monetária, bem como honorários advocatícios fixados em 10% sobre o total do débito atualizado, arotando-se que, efetuado o pagamento no prazo de 03 dias, a verba honorária fica reduzida pela metade, tendo o prazo de 15 dias, a afluir após o prazo supra, para que oferença embargos, facultando a executada nesse prazo, reconhecendo o crédito do exequente e comprovando o depósito de 30% do valor em execução, mais custas e honorários, requerer o pagamento do saldo em 06 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% ao mês, sendo nomeado curador especial em caso de revelia (art. 257, inciso IV, do CPC), presumindo-se verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo exequente (Art. 344 do NCPC). Será o presente, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 28 de maio de 2020. 8 14 e 15/08

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1007305-82.2018.8.26.0003. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível, do Foro Regional III – Jabaquara, Estado de São Paulo, Dr(a). Alessandra Laperuta Nascimento Alves de Moura, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a G7 Multi Lista (CNPJ: 16.650.366/0001/46), que Banco Bradesco S/A lhe ajuizou ação de Busca e Apreensão, convertida em ação de Execução, objetivando a quantia de R$ 58.217,35 (junho de 2020), representada pela Cartesia/Contrato n.º 621/3983520. Estando a executada em lugar ignorado, expede-se edital, para que em 03 dias, a fluir dos 20 dias supra, pague o débito atualizado, ocasião em que a verba honorária será reduzida pela metade, ou em 15 dias, embargue ou reconheça o crédito do exequente, comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, podendo requerer que o pagamento restante seja feito em 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, sob pena de penhora de bens e sua avaliação. Decorridos os prazos supra, no silêncio, será nomeado curador especial e dado regular prosseguimento ao feito. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. 15 e 18/08/2020

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1028550-96.2015.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 29ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). GUILHERME FERFOGLIA GOMES DIAS, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(s) PETROMARE TEI ECOMUNICAÇÕES E SERVIÇOS LTDA., CNPJ: 31.943.285/0001-28, que lhe foi proposta uma ação de Execução de Título Extrajudicial por parte de Transrlet Locadora de Veículos S/a., objetivando a quantia de R$ 586.572,77 (novembro de 2015), representada pelo Contrato de Aluguel de Frota de Veículos Automotores de nº 1002011 e seu Aditivo. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para que em 03 dias, a fluir dos 20 dias supra, pague o débito atualizado, ocasião em que a verba honorária será reduzida pela metade, ou em 15 dias, embargue ou reconheça o crédito do exequente, comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, podendo requerer que o pagamento restante seja feito em 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, sob pena de penhora de bens e sua avaliação. Decorridos os prazos supra, no silêncio, será nomeado curador especial e dado regular prosseguimento ao feito. Será o presente, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. 15 e 18/08/2020

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1035790-93.2014.8.26.0001. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 6ª Vara Cível, do Foro Regional I - Santana, Estado de São Paulo, Dr(a). Maria Cecília Monteiro Frazão, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) ADEMILSON DA CONCEIÇÃO DE JESUS, CPF 687.557.095-87 e SC TECH TRANSPORTES SENSIVEIS LTDA, CNPJ 11.474.090/0001-79, que lhes foi proposta uma ação de Procedimento Comum Cível por parte de RESOLVE Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. objetivando a cobrança da quantia de R$ 59.577,20 (novembro de 2014), decorrente da Cédula de Crédito Bancário - Abertura de Crédito em Conta Corrente (LIS Limite Itaú para Saques PJ-Pré) nº 11173/09 19207604S3. Encontrando-se os réus em lugar incerto e não sabido, foi determinado a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente contestação a ação, os réus serão considerados revéis, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 30 de julho de 2020. 15 e 18/08/2020

Edital de Intimação. Prazo: 20 dias. Processo nº 0033823-58.2020.8.26.0100. O Dr. Antonio Carlos de Figueiredo Negreiros, Juiz de Direito da 7ª Vara Cível do Foro Central da Capital/SP. Faz Saber a Caio Cézar de Andrade Costa (CPF: 346.176.909-83), que o mandado monitório, expedido nos autos da ação Monitória, ajuizada por Fundação São Paulo, entidade mantenedora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo PUC/SP, converteu-se em mandado executivo, constituindo-se título executivo judicial da quantia de R$ 7.241,77 (julho de 2020). Estando o executado em lugar ignorado, fo deferida a intimação por edital, para que em 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, efetue o pagamento, sob pena de incidência de multa de 10%, pagamento de honorários advocatícios fixados em 10% e expedição de mandado de penhora e avaliação. Fica a parte executada advertida de que, transcorrido o prazo previsto no art. 523 do CPC sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente, afixado e publicado na forma da lei. SP, 05/08/2020. 15 e 18/08/2020

SOCOPA – SOCIEDADE CORRETORA PAULISTA S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.355 - 5º e 15º andares - São Paulo- SP - CEP 01452-919 - Tel. (11) 2827-3500
Ouvidoria: ouvidoria@socopa.com.br
CNPJ nº 62.285.390/0001-40
www.socopa.com.br

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras referentes aos semestres findos em 31 de dezembro 2019 e 2018, acompanhadas das notas explicativas e do relatório de revisão dos auditores independentes. A SOCOPA conta com uma estrutura de governança baseada em comitês decisórios colegiados, na especialização funcional das áreas e na segregação de funções. A estrutura de gerenciamento de Riscos garante o aperfeiçoamento contínuo do ambiente de controle de riscos, através do estabelecimento e monitoramento de limites e da revisão periódica das estratégias de negócios e das políticas, procedimentos e sistemas de controle, dentro de uma abordagem conservadora, com o objetivo de refletir mudanças nos mercados, produtos e a incorporação das melhores práticas de mercado. Para informações detalhadas, acessar: https://www.socopa.com.br/demonstracoes-financeiras/.
Os colaboradores da SOCOPA atuam em conformidade com suas atribuições e os procedimentos estabelecidos, dentro de uma cultura que incentiva o respeito e o envolvimento de todos.
Agradecemos aos clientes pela preferência e confiança e aos colaboradores pelo contínuo empenho e dedicação.
São Paulo, 13 de agosto de 2020. **A Administração**

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

A T I V O	Notas Explicativas	2019	2018
Circulante		**166.833**	**205.193**
Disponibilidades	4	956	1.470
Aplicações interfinanceiras de liquidez		**114.137**	**170.364**
Aplicações em operações compromissadas	4/5	54.001	18.942
Aplicações em depósitos interfinanceiros	5	60.136	151.422
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	6	**22.526**	**2.821**
Carteira própria	6	22.526	2.821
Vinculados à prestação de garantias	6	-	-
Outros créditos		**29.214**	**30.538**
Carteira de câmbio		-	266
Rendas a receber	9	12.080	4.528
Negociação e intermediação de valores	10a	7.160	8.518
Diversos	10b	10.299	17.594
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	10c	(325)	(368)
Realizável a longo prazo		**64.729**	**59.126**
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		**41.538**	**36.659**
Carteira própria	6	5.035	5.038
Vinculados à prestação de garantias	6	36.503	31.621
Outros créditos		**23.191**	**22.467**
Diversos	10b	23.191	22.467
Permanente		**1.503**	**1.036**
Investimentos		37	2
Imobilizado de uso		897	531
Intangível		569	503
Total do ativo		**233.065**	**265.355**

P A S S I V O	Notas Explicativas	2019	2018
Circulante		**151.431**	**147.319**
Outras obrigações		**151.431**	**147.319**
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		-	35
Carteira de câmbio		-	273
Sociais e previdenciárias	11a	5.351	3.729
Negociação e intermediação de valores	10a	134.855	133.600
Diversas	11b	11.225	9.682
Exigível a longo prazo		**17.851**	**15.144**
Outras obrigações		**17.851**	**15.144**
Diversas	11b	17.851	15.144
Patrimônio líquido		**63.783**	**102.892**
Capital social	12	66.000	66.000
Reservas de lucros		-	36.554
Prejuízos acumulados		(2.837)	-
Ajuste ao valor de mercado - TVM e derivativos		620	338
Total do passivo		**233.065**	**265.355**

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 e semestre findo em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais)

		Reservas de Lucros			
	Capital Social	Reserva legal	Reserva estatutária	Ajuste ao valor de mercado	Lucros/(prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	**66.000**	**2.635**	**38.194**	**(80)**	-	**106.749**
Prejuízo do Exercício	-	-	-	-	(4.275)	(4.275)
Ajuste ao valor de mercado TVM e derivativos	-	-	-	418	-	418
Absorção de prejuízos com reservas	-	(214)	(4.061)	-	4.275	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**66.000**	**2.421**	**34.133**	**338**	-	**102.892**
Mutações do Exercício	-	**(214)**	**(4.061)**	**418**	-	**(3.857)**
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**66.000**	**2.421**	**34.133**	**338**	-	**102.892**
Prejuízo do Exercício	-	-	-	-	(870)	(870)
Dividendos	-	-	(34.892)	-	(3.629)	(38.521)
Ajuste ao valor de mercado TVM e derivativos	-	-	-	282	-	282
Absorção de prejuízos com reservas	-	(2.421)	759	-	1.662	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**66.000**	-	-	**620**	**(2.837)**	**63.783**
Mutações do Exercício	-	**(2.421)**	**(34.133)**	**282**	**(2.837)**	**(39.109)**
Saldos em 30 de junho de 2019	**66.000**	**2.717**	**1.245**	**529**	-	**70.491**
Prejuízo do Semestre	-	-	-	-	(6.799)	(6.799)
Ajuste ao valor de mercado TVM e derivativos	-	-	-	91	-	91
Absorção de prejuízos com reservas	-	(2.717)	(1.245)	-	3.962	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**66.000**	-	-	**620**	**(2.837)**	**63.783**
Mutações do Semestre	-	**(2.717)**	**(1.245)**	**91**	**(2.837)**	**(6.708)**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Socopa - Sociedade Corretora Paulista S.A. ("Corretora" ou "Socopa") está organizada sob a forma de Corretora de Valores, tendo por objeto a intermediação de negócios nas bolsas de valores, de mercadorias e futuro e nos mercados de balcão, bem como a distribuição de títulos e valores mobiliários, a intermediação de operações de câmbio, e a administração de clubes e fundos de investimentos.
As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, sendo que certas operações têm a cooperação ou a intermediação de seu controlador Banco Paulista S.A. e demais empresas pertencentes aos controladores.
Em virtude da descrita na Nota 2 a seguir, no segundo semestre de 2019 o acionista controlador Banco Paulista S.A. e a Corretora descontinuaram a operação de câmbio e se reestruturam administrativamente e em termos de Governança, dando foco na prestação de serviços de administração, gestão e custódia de títulos e valores mobiliários e fundos de investimentos, além de buscar constantemente novas oportunidades de negócios com base nas expectativas de mercado, haja vista possuir estrutura para tanto.
Ainda, como estratégia, os sócios decidiram, em fevereiro de 2020, conforme detalhado na Nota 26, por segregar as atividades do Banco e da Socopa, deixando está última de ser subsidiária integral do Banco, com aprovação pelo Banco Central em 03/07/2020.

2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

a) As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que incluem as normas consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, normatizações do Conselho Monetário Nacional ("CMN") e Banco Central do Brasil ("BACEN") e da Lei das Sociedades por Ações do Brasil.
Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de contabilidade, são adotados pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), homologados pelo CMN e pelo BACEN, na data de sua entrada em vigor, quais sejam:

	Pronunciamento Técnico	Data da divulgação	IASB	BACEN resolução CMN
CPC 00 (R1)	Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro	15/12/11	*Framework*	4.144/12
CPC 01 (R1)	Redução ao Valor Recuperável de Ativos	07/10/10	IAS 36	3.566/08
CPC 02 (R2)	Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	07/10/10	IAS 21	4.524/16
CPC 03 (R2)	Demonstração dos Fluxos de Caixa	07/10/10	IAS 7	3.604/08
CPC 04 (R1)	Ativo Intangível	02/12/10	IAS 38	4.434/16
CPC 05 (R1)	Divulgação sobre Partes Relacionadas	07/10/10	IAS 24	4.636/18
CPC 10 (R1)	Pagamento Baseado em Ações	16/12/10	IFRS 2	3.989/11
CPC 23	Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	16/09/09	IAS 8	4.007/11
CPC 24	Evento Subsequente	16/09/09	IAS 10	3.973/11
CPC 25	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	16/09/09	IAS 37	3.823/09
CPC 27	Ativo Imobilizado	31/07/09	IAS 16	4.535/16
CPC 33 (R1)	Benefícios a Empregados	13/12/12	IAS 19	4.424/15
CPC 46	Mensuração do Valor Justo	07/12/12	IAS 13	4.748/19

b) As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamentos. Itens significativos, sujeitos a essas estimativas e premissas, incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação ao mercado de instrumentos financeiros, os impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas, pelo menos, semestralmente e estas demonstrações foram aprovadas em 27 de julho de 2020.
As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Corretora. Todas as informações apresentadas em Real foram convertidas para o milhar, exceto quando indicado de outra forma.
c) Incidentes, cumpre esclarecer que o Banco Paulista S.A. (Banco), controlador da Socopa, foi citado em acordo de delação premiada por ex-executivos ligados à Odebrecht. Como consequência, foi instaurado processo administrativo pelo Banco Central em 13 de abril de 2018, em que foram apresentadas as manifestações e contestações do Banco, sendo que o procedimento se encontra em curso, não sendo de conhecimento até o momento manifestação ou de despacho da autoridade. Para 31 de dezembro de 2019 a assessoria jurídica do Banco relacionada com este processo se posicionou como não havendo informações suficientes para divulgar ou determinar se uma provisão para perdas seria necessária.
d) Da mesma forma cabe relatar que, como consequência da delação, o Banco foi autuado pela Receita Federal do Brasil, no final de 2018, referente a IRPJ, CSLL e IRRF, vinculados ao Processo Administrativo nº 16327.721.025/2018-35, lavrado em razão da glosa de despesas que compuseram a base dos referidos tributos. O débito foi objeto de parcelamento formalizado perante a Receita Federal do Brasil, o qual está sendo quitado regularmente.
Ainda no decorrer do processo de elaboração das demonstrações contábeis como consequência da delação acima mencionada, em 8 de maio de 2019, o Controlador, Banco Paulista S.A., foi alvo da 61ª fase da Operação Lava Jato, denominada Disfarces de Mamom, na qual o Ministério Público Federal e a Polícia Federal investigam operações de lavagem de dinheiro relacionadas com integrantes do "Setor de Operações Estruturadas" do Grupo Odebrecht, que resultou em mandado de busca e apreensão na sede do Banco para apurar eventuais contratados de prestação de serviços irregulares. Até a conclusão destas demonstrações contábeis não houve novo posicionamento ou requerimento por parte daquele órgão.
A investigação diz respeito a transações específicas relacionadas à área de câmbio do Banco.
A partir desse fato, o Banco, desconhecedor de quaisquer atos ilícitos, passou por uma reestruturação, sendo constituída uma nova Administração que adotou providências no sentido de auxiliar as autoridades e minimizar os impactos sobre o Banco, quais sejam: destituição dos diretores que foram alvo de buscas e apreensões; suspensão do contrato de prestação de serviços com o terceiro envolvido; fornecimento de informações/documentações a órgãos externos; alterações estatutárias, além de adoção de programa de integridade que consiste na adoção de medidas de fortalecimento da governança e de Compliance, tais como gestão, controle, auditoria e transparência das informações.
Considerando os acontecimentos, a Administração do Banco decidiu ainda, por constituir um Comitê de Investigação, composto pelo escritório Felsberg Advogados e por membros independentes, para supervisionar e conduzir um processo investigativo, zelando pelo sigilo de todas as informações, documentos e relatórios produzidos pela equipe de investigação.
No dia 26 de março de 2020, o Escritório Felsberg Advogados emitiu um Relatório Final sobre o processo investigativo em que são apresentadas, de forma detalhada, todas as bases e dados coletados para a conclusão da investigação.
Em suma, o relatório apresenta os seguintes dados:
- O objetivo foi o levantamento de informações acerca de operações específicas, realizadas entre Banco Paulista e terceiros, e compreendidas entre janeiro de 2007 e maio de 2019;
- Foram analisados os documentos pertinentes, incluindo mensagens eletrônicas, propostas financeiras, contratos, pareceres, relatórios, acesso pelas catracas ao Condomínio onde está localizada a sede do Banco, entre outros;
- Foi realizada coleta Forense permitindo a recuperação e análise de quantidades substanciais de dados de diversas fontes de dados eletrônicos, incluindo computadores pessoais, servidores, telefones celulares, dentre outras, bem como a análise de delação em massa;
- Foi realizada análise contábil e financeira com identificação dos montantes pagos às principais entidades envolvidas e comparação com as alegações do MPF;
- Também foram realizadas entrevistas com funcionários-chave, de acordo com sua potencial participação nos casos analisados, além de considerados para fins de background check as Pessoas Jurídicas e Físicas relacionadas;
- O relatório, ainda, retrata que durante o processo investigativo, foi possível constatar que uma série de medidas foram adotadas pelo Banco, como por exemplo:
  - Revisão do sistema de governança;
  - Criação de um Canal de Ética;
  - Contratação de consultorias independentes e de novos profissionais para reforçar os departamentos;
  - Sistema de monitoramento de transações; e
  - Novos procedimentos internos de obtenção e verificação de informação de clientes, fornecedores e parceiros.

Vale ressaltar que com a emissão do Relatório Final da investigação, abrangendo o rol de empresas denunciadas, não houve apontamento de novos casos, além daqueles que são de conhecimento público, e que foram objeto de auto de infração o que leva à conclusão de que o Banco se depparou com uma questão específica e que soube lidar com a situação, estando amparado pela investigação independente e seus assessores jurídicos.
Mesmo com a conclusão do processo investigativo, a Administração continua empenhada e avaliando, sistematicamente, qualquer nova informação que possa demandar providências adicionais.
O Banco continua a reafirmar seu comprometimento com a sociedade, clientes e autoridades e, para tanto, a nova Administração manteve seu foco na adoção de providências austeras, em especial medidas de fortalecimento da governança e de Compliance, tais como gestão, controle, auditoria e transparência das informações.
A SOCOPA, como subsidiária integral do Banco, não foi citada em nenhuma das fases do processo e não está relacionada a nenhum fato objeto da investigação.
Sempre que requisitada e inquirida que for possível, a SOCOPA vem colaborando para a apuração dos fatos.

3 SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do resultado
As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério *pro rata* dia para as de natureza financeira. As taxas e comissões recebidas são reconhecidas durante o período de prestação de serviços (regime de competência).
As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço através dos índices pactuados. Taxas e comissões decorrentes de operações com terceiros, tais como corretagem, são reconhecidas quando o serviço ou operação for realizada.
b) Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução nº 3.604/08 inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.
c) Aplicações interfinanceiras de liquidez
São registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável. As aplicações em operações compromissadas são classificadas em função de seus prazos de vencimento, independentemente dos prazos de vencimento dos papéis que lastreiam as operações.
d) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos
De acordo com o estabelecido pela Circular nº 3.068/01, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da Administração, quais sejam:
Títulos para negociação: são apresentados no ativo circulante, independentemente dos respectivos vencimentos e compreendem os títulos adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São avaliados pelo valor de mercado, sendo o resultado desta valorização ou desvalorização registrado ao resultado.
Títulos disponíveis para a venda: representam os títulos que não foram adquiridos para frequente negociação e são utilizados, dentre outros fins, para reserva de liquidez, garantias e proteção contra riscos. Os rendimentos auferidos segundo as taxas de aquisição, bem como as possíveis perdas permanentes são computados ao resultado. Estes títulos são avaliados ao valor de mercado, sendo o resultado da valorização ou desvalorização contabilizado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido (deduzidos os efeitos tributários), o qual será transferido para o resultado no momento da sua realização.
Títulos mantidos até o vencimento: referem-se aos títulos adquiridos para os quais a Administração tem a intenção e capacidade financeira de manê-los em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos. Caso apresentem perdas permanentes, são imediatamente computadas no resultado.
Os instrumentos financeiros derivativos compostos por operações de futuro, operações a termo e operações de swap são contabilizados de acordo com os seguintes critérios:
- **Operações de futuros** - os valores dos ajustes a mercado são diariamente contabilizados em conta de ativo ou passivo e apropriados diariamente como receita ou despesa;
- **Operações a termo** - pelo valor final do contrato deduzido da diferença entre esse valor e o valor de mercado do bem ou direito, reconhecendo as receitas e despesas em razão da fluência dos contratos até a data do balanço;
- **Operações de swap** - o diferencial a receber ou a pagar é contabilizado a valor de mercado em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriado como receita ou despesa *pro rata dia* a data do balanço.

As operações com instrumentos financeiros derivativos não considerados como *hedge* accounting são avaliadas, na data do balanço, a valor de mercado, contabilizando a valorização ou a desvalorização em conta de receita ou despesa, no resultado do período.
e) Negociação e intermediação de valores
Representa a intermediação de operações realizadas nas bolsas de valores, registradas pelo valor do compromisso assumido perante nome de seus clientes. A corretagem é reconhecida no resultado pelo regime de competência.
f) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (Impairment)
O registro contábil de um ativo deve evidenciar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão, ajustando o valor contábil líquido. Essas provisões são reconhecidas no resultado do período/exercício, conforme prevista na Resolução nº 3.566/08.
Os valores dos ativos não financeiros são revistos anualmente, exceto créditos tributários, cuja realização é avaliada semestralmente.
g) Permanente
Corresponde aos direitos que tenham como objeto bens corpóreos e incorpóreos, destinados à manutenção das atividades da instituição ou adquirido com essa finalidade.
O ativo imobilizado (bens corpóreos) está registrado pelo valor de custo. A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear às taxas de 20% a.a. para veículos e sistemas de processamento de dados e 10% a.a. para os demais bens.
Os ativos intangíveis representam os direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da sociedade ou exercidos com essa finalidade. São avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita os seus benefícios econômicos, enquanto os de vida útil indefinida são testados anualmente quanto à sua recuperabilidade.
h) Imposto de renda e contribuição social
As provisões para o imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL), quando devidas, são calculadas com base no lucro no período contábil, ajustado pelas adições e exclusões de caráter permanente e temporária, sendo o imposto de renda determinado pela alíquota de 15%, acrescido de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$ 240 no exercício (R$ 120 no semestre) e a contribuição social pela alíquota de 15% foi calculada até agosto de 2015. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota da contribuição social foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/15, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019.
Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social foram calculados sobre adições e exclusões temporárias. Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização ou exclusão das respectivas provisões pelas quais foram constituídas e são baseados nas expectativas atuais de realização e fundamentados em estudos técnicos e análises da Administração.
i) Operações de câmbio
São demonstradas pelos valores de realização, incluindo os rendimentos (em base *pro rata* dia), as variações cambiais auferidas, e constituição de perdas estimadas, quando aplicável, nos termos da Resolução nº 2.682/99.
j) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 e Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), obedecendo aos seguintes critérios:
Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações contábeis, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização; sobre as quais não cabem mais recursos.
Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação.
Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos (ou impostos e contribuições). O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente.
k) Lucro ou prejuízo por ação
O lucro líquido ou prejuízo por ação é calculado com base na quantidade de ações, na data do balanço.

4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o caixa e equivalentes de caixa estavam assim representados:

	2019	2018
Disponibilidades em moeda nacional		
Banco Paulista S.A.	804	1.087
Banco Bradesco S.A.	141	21
Banco Itau	3	85
Caixa Economica Federal	4	4
	952	**1.197**
Disponibilidades em moeda estrangeira		
Banco Paulista S.A.	4	273
	4	**273**
Aplicações em operações compromissadas (nota 5a e 20)	54.001	18.942
Aplicações em depósitos interfinanceiros (nota 5b e 20)	60.136	151.422
Caixa e equivalentes de caixa	**115.093**	**20.412**

5 APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Aplicações no mercado aberto - Operações compromissadas

	2019		2018
	1 a 30 dias	Total	Total
Revendas a liquidar			
Posição bancada:	**54.001**	**54.001**	**18.942**
Letras Financeiras do Tesouro - LFT (notas 4 e 20)	54.001	54.001	18.942
Total	**54.001**	**54.001**	**18.942**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o resultado com aplicações no mercado aberto foi de R$ 1.987 (R$ 1.688 em 2018).
b) Aplicações em depósitos interfinanceiros

	2019	2018
Aplicações em depósitos interfinanceiros - Ligadas (notas 4 e 20)		
Vencimento até 90 dias	60.136	111.273
Vencimento de 90 a 360 dias	-	40.149
	60.136	**151.422**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o resultado com aplicações em depósitos interfinanceiros foi de R$ 6.548 (R$ 8.440 em 2018).

6 TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a) Títulos e valores mobiliários - Composição por classificação

	2019		2018	
	Custo (i)	Mercado (ii)	Custo (i)	Mercado (ii)
Títulos para negociação				
Carteira Própria - livres	**22.525**	**22.526**	**2.821**	**2.821**
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	196.996	16.397	10	10
Cotas de Fundo de Investimento	5.915	5.915	2.808	2.808
Debêntures	2	2	-	-
Ações de companhias abertas	-	-	2	2
Certificado de Recebíveis Imobiliário - CRI	-	-	1	1
Certificado de Recebíveis Agrícolas - CRA	5	5	-	-
Letras de câmbio	196	196	-	-
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	2	2	-	-
Letras de Crédito Imobiliário - LCI	9	9	-	-
Vinculados a prestação de garantias	**2.365**	**2.365**	-	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	2.365	2.365	-	-
Total de títulos para negociação	**24.890**	**24.891**	**2.821**	**2.821**
Títulos disponíveis para venda				
Carteira Própria - livres	**5.244**	**5.245**	**5.038**	**5.038**
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	5.244	5.245	5.038	5.038
Vinculados a prestação de garantias	**33.918**	**33.928**	**31.620**	**31.621**
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	23.745	23.755	21.932	21.933
Cotas de Fundo de Investimentos	10.173	10.173	9.688	9.688
Total de títulos disponíveis para venda	**39.162**	**39.173**	**36.658**	**36.659**
Total	**64.052**	**64.064**	**39.479**	**39.480**

(i) Referem-se aos custos de aquisições, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços;
(ii) O valor de mercado dos títulos públicos é apurado segundo divulgações nos boletins diários informado pela ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades de Mercados Financeiros e de Capitais. Para os demais títulos de investimentos, o valor é atualizado de acordo com a cota fornecida pela Administração do Fundo, para as debêntures, são utilizados os dados divulgados no site www.debentures.com.br.
No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o resultado das operações com títulos e valores mobiliários foi de R$ 14.017 (R$ 10.030 em 2018).
b) Títulos e valores mobiliários - Composição por prazo de vencimento

				2019	
	Sem vencimento	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total	2018
Títulos para negociação					
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	2.858	13.539	16.397	10
Cotas de Fundo de Investimento	5.915	-	-	5.915	2.808
Debêntures	-	2	-	2	-
Ações de companhias abertas	-	-	-	-	2
Certificado de Recebíveis Imobiliário - CRI	-	-	-	-	1
Certificado de Recebíveis Agrícolas - CRA	-	-	5	5	-
Letras de câmbio	-	196	-	196	-
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	-	2	-	2	-
Letras de Crédito Imobiliário - LCI	-	9	-	9	-
Total de títulos para negociação (i)	**5.915**	**3.067**	**13.544**	**22.526**	**2.821**
Títulos disponíveis para venda					
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	29.000	2.365	31.365	26.971
Cotas de Fundo de Investimento	10.173	-	-	10.173	9.688
Total de títulos disponíveis para venda (i)	**10.173**	**29.000**	**2.365**	**41.538**	**36.659**
Total	**16.088**	**32.067**	**15.909**	**64.064**	**39.480**

(i) Na distribuição dos prazos, foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente da sua classificação contábil.
Os títulos públicos estão custodiados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC e os títulos privados e as cotas de Fundos, na B3.
Não houve reclassificação de categoria de títulos no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 e semestre findo em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

	Notas Explicativas	2º Semestre	2019	Exercícios 2018
Receitas de intermediação financeira		**10.557**	**24.505**	**29.334**
Resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários	5/6	10.221	22.552	20.158
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	7	(66)	(135)	(59)
Resultado com operações de câmbio		402	2.088	9.235
Despesas de intermediação financeira		**(25)**	**43**	**34**
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	10c	(25)	43	34
Resultado bruto de intermediação financeira		**10.532**	**24.548**	**29.368**
Outras receitas (despesas) operacionais		**(18.692)**	**(19.532)**	**(25.996)**
Receitas de prestação de serviços	13	80.699	154.374	126.023
Despesas de pessoal	14	(36.619)	(67.185)	(55.772)
Despesas administrativas	15	(45.521)	(81.023)	(67.895)
Despesas tributárias	16	(7.903)	(15.629)	(13.180)
Outras receitas operacionais	17	623	2.953	1.921
Outras despesas operacionais	18	(9.971)	(13.022)	(17.093)
Resultado operacional		**(8.160)**	**5.016**	**3.372**
Resultado não operacional		-	**5**	-
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		**(8.160)**	**5.021**	**3.381**
Imposto de renda e contribuição social	**19**	**1.486**	**(2.728)**	**(6.586)**
Provisão para imposto de renda		(14)	(2.384)	(4.153)
Provisão para contribuição social		52	(1.302)	(3.588)
Ativo fiscal diferido		1.448	958	1.155
Participações dos empregados		(125)	(3.163)	(1.070)
(Prejuízo) do semestre/exercícios		**(6.799)**	**(870)**	**(4.275)**
(Prejuízo) por ação - R$		**(2.124,69)**	**(271,88)**	**(1.335,94)**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

Semestre findo em 31 de dezembro de 2019 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	2º Semestre	2019	Exercícios 2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais:			
(Prejuízo)/Lucro líquido ajustado do semestre/exercícios	**(6.293)**	**1.231**	**6.404**
(Prejuízo) do semestre/exercícios	**(6.799)**	**(870)**	**(4.275)**
Ajustes para reconciliar o (prejuízo)	506	2.101	10.679
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	25	(43)	(34)
Provisão para passivos contingentes (cíveis, fiscais e trabalhistas)	1.630	2.707	11.750
Provisões para imposto de renda e contribuição social diferidos	(1.448)	(958)	(1.155)
Depreciações e amortizações	317	438	176
Atualizações monetárias de depósitos judiciais	(18)	(43)	(58)
Variação de ativos e passivos			
Redução/(aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	102.267	151.422	(30.316)
(Aumento)/redução em títulos e valores mobiliários	(3.532)	(24.302)	487
Redução/(aumento) em outros créditos	7.310	1.644	(3.702)
Aumento em outros valores e bens	70	-	-
Aumento/(redução) de obrigações por operações compromissadas	(730)	-	-
Redução/(aumento) em outras obrigações	(10.389)	2.490	(18.037)
(Redução)/aumento em outras obrigações fiscais e previdenciárias	1.344	1.017	88
(Redução)/aumento em provisão para IR/CS	(567)	605	(1.026)
Caixa líquido gerado/(aplicado) nas atividades operacionais	**89.480**	**134.107**	**(46.102)**
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado de uso	(751)	(873)	(922)
Alienação de imobilizado de uso	3	3	-
Aplicação em investimento	(35)	(35)	-
Alienação de intangível	93	-	-
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de investimentos	**(690)**	**(905)**	**(922)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Dividendos pagos	-	(38.521)	-
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de financiamentos	-	**(38.521)**	-
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	**88.790**	**94.681**	**(47.024)**
Caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercícios	26.303	20.412	67.436
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercícios	115.093	115.093	20.412
	88.790	**94.681**	**(47.024)**

c) Margem de garantia
São dados como margem em garant

SOCOPA – SOCIEDADE CORRETORA PAULISTA S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.355 - 5º e 15º andares - São Paulo- SP - CEP 01452-919 - Tel. (11) 2827-3500
Ouvidoria: ouvidoria@socopa.com.br
CNPJ nº 62.285.390/0001-40
www.socopa.com.br

...Continuação

16 DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	2019	2018
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	6.308	5.378
Contribuição à COFINS	7.171	6.233
Contribuição ao PIS	1.165	1.013
Outras	985	556
	15.629	**13.180**

17 OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	2019	2018
Recuperação de créditos baixados em prejuízo	413	49
Recuperação de encargos e despesas	116	541
Reversão de provisão para riscos fiscais	1.206	-
Encargos sobre salários devedores de clientes	386	390
Variações monetárias ativas	109	74
Atualizações de depósitos judiciais	43	58
Juros sobre precatórios do tesouro nacional	52	194
Outras receitas de fundos	557	6
Receitas de vendas indenizatórias previdenciárias	-	145
Reversão de provisão de contingências	-	416
Outras	71	48
	2.953	**1.921**

18 OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	2019	2018
Amortizações e depreciações	438	176
Contingências - Judiciais e legais (nota 23b)	4.147	11.921
Despesas de fundos	692	1.895
Tarifa de agente de compensação	165	180
Taxa de custódia de fundos	58	348
Taxa de performance	-	152
Atualizações de precatórios	-	52
Multas - BSM	-	80
Perdas com clientes	742	348
Acordo ANBIMA	750	-
Baixas de depósitos judiciais	123	1.762
Convênio de rateio de custos comuns	327	-
Regularização de valores a liquidar de câmbio	3.892	-
Taxa de fiscalização CVM de fundos	672	-
Reversão de outras receitas operacionais	278	-
Levantamento de depósitos judiciais	424	-
Outras	314	179
	13.022	**17.093**

19 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Conciliação das despesas das provisões do Imposto de Renda e da Contribuição Social

	2019	2018
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações nos lucros	5.021	3.381
Participação nos lucros	(3.163)	(1.070)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e depois das participações	**1.858**	**2.311**
Adições e exclusões	**11.132**	**15.642**
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(43)	(34)
Provisão para riscos fiscais e para contingências	2.437	3.477
Provisão processo CVM	-	6.661
Despesas de Fundos	662	1.895
Doações/propaganda e publicidade	27	1.103
Despesas indedutíveis (nota 18)	5.765	1.959
Demais	2.284	581
Base de cálculo	**12.990**	**17.953**
Imposto de renda	3.224	4.464
Deduções de incentivos fiscais	(78)	(311)
Imposto de renda - Valores correntes	3.146	4.153
Imposto de renda - Lei do Bem 2018	(762)	-
Subtotal - Imposto de renda valores correntes	**2.384**	**4.153**
Contribuição social - Valores correntes	1.949	3.588
Contribuição social - Lei do Bem 2018	(647)	-
Subtotal - Contribuição social valores correntes	**1.302**	**3.588**
Ativo fiscal diferido	(958)	(1.155)
Total imposto de renda e contribuição social	**2.728**	**6.586**

b) Créditos tributários

As bases de constituição do crédito tributário estão demonstradas abaixo:

	2019	2018
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	525	368
Provisão para riscos fiscais e para contingências	9.387	6.680
Ajuste de valor a mercado TVM - Disponível para venda	(1.033)	(564)
Ajuste de valor a mercado TVM - Negociação	578	847
Outros	(59)	(59)
	9.198	**7.272**

Os créditos tributários apresentaram as seguintes movimentações no exercício:

Descrição	Saldo 31/12/2017	Constituição/ atualização	Realização/ reversão (i)	Saldo 31/12/2018
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	168	(22)	146	
Provisão para riscos fiscais e para contingências	71	2.727	(124)	2.674
Ajuste de valor a mercado TVM - Negociação	16	323	339	
Outros	-	(24)	(24)	
Subtotal dos Créditos Tributários com efeito no resultado	**255**	**3.026**	**(146)**	**3.135**
Ajuste de valor a mercado TVM - Disponível para venda	(80)	(146)	-	(226)
Subtotal dos Créditos Tributários com efeito no patrimônio líquido	**(80)**	**(146)**		**(226)**
Total dos Créditos Tributários (ii)	**175**	**2.880**	**(146)**	**2.909**

Descrição	Saldo 31/12/2018	Constituição/ atualização	Realização/ reversão (i)	Saldo 31/12/2019
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	146	27	(44)	129
Provisão para riscos fiscais e para contingências	2.674	1.558	(476)	3.756
Ajuste de valor a mercado TVM - Negociação	339	134	(242)	231
Outros	(24)	-	-	(24)
Subtotal dos Créditos Tributários com efeito no resultado	**3.135**	**1.719**	**(762)**	**4.092**
Ajuste de valor a mercado TVM - Disponível para venda	(226)	(187)	-	(413)
Subtotal dos Créditos Tributários com efeito no patrimônio líquido	**(226)**	**(187)**	**-**	**(413)**
Total dos Créditos Tributários (ii)	**2.909**	**1.532**	**(762)**	**3.679**

(i) Reversão de crédito tributário majorado em 5% de acordo com a Lei nº 13.169/15;

(ii) Os créditos tributários são compostos dos seguintes valores:

Os créditos tributários não foram reconhecidos pelo período da Resolução nº 3.355/06. A compensação depende da natureza do crédito gerado. Os créditos tributários de impostos e contribuições foram constituídos somente sobre diferenças temporariamente indedutíveis.

O valor presente dos créditos tributários em 31 de dezembro de 2019 e de R$ 3.917 tendo sido utilizadas as taxas do CDI/BD3 apuradas para os respectivos períodos. Créditos tributários são avaliados periodicamente, tendo como parâmetro a geração de lucros tributável para fins de Imposto de Renda e Contribuição Social em montante que justifique a ativação de tais valores.

A Administração, com base nas suas projeções de resultados, considera que deverá auferir resultados tributáveis, dentro do período de realização dos créditos tributários registrados em seus controles contábeis. Essa estimativa é periodicamente revisada, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação desses créditos sejam tempestivamente consideradas nas demonstrações contábeis.

A realização dos créditos tributários está estimada da seguinte forma:

	2020	2021	Total
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	129	-	129
Provisão para riscos fiscais e para contingências	-	3.742	3.742
Outros (Ajuste a mercado)	231	-	231
Total	**360**	**3.742**	**4.102**
Valor presente	**351**	**3.620**	**3.971**

Os resultados projetados tem como base o estudo de crédito tributário elaborado pela Administração estando estimado a seguir:

	2020	2021	Total
Resultado projetado	32.612	40.636	73.248

20 PARTES RELACIONADAS

Com base nos critérios estabelecidos na Resolução nº 3.750/09, as transações com partes relacionadas foram efetuadas em condições de mercado, no locante a encargos e prazos, e são compostas por:

a) Saldos das transações com o Controlador

	Ativo (passivo)		Receita (despesa)	
	2019	2018	2019	2018
Disponibilidades	804	1.360	-	-
Aplicações em operações compromissadas (notas 4/5)	54.001	18.942	1.987	1.688
Aplicações em depósitos interfinanceiros (nota 5)	60.136	151.422	6.548	8.440
Devedores/Credores conta "Liquidações pendentes"	1.066	(779)	-	-

Além das operações acima discriminadas, a Socopa firmou um contrato de convênio de rateio com o Banco das despesas comuns, sendo apropriada despesas R$ 13.182 no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 (R$ 11.270 em 2018).

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente, quando da realização da Assembleia Geral Ordinária, é fixado o montante global anual de remuneração dos Administradores, conforme determina o Estatuto Social da Corretora. A remuneração total do pessoal-chave da Administração no exercício foi de R$ 6.127 (R$ 5.678 em 2018) a qual é considerada benefício de curto prazo.

	2019	2018
Remuneração fixa	5.002	4.635
Encargos sociais	1.125	1.043
Total	**6.127**	**5.678**

A Corretora não oferece benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para o pessoal-chave da Administração.

21 CUSTÓDIA DE VALORES

Encontram-se custodiadas na B3, em nome de clientes, 3.727.274 mil ações (4.826.600 mil ações em 2018), registradas em conta de compensação pelo valor unitário referencial de R$ 1,00 cada.

22 ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS DE TERCEIROS

Em 31 de dezembro de 2019, a Corretora administrava R$ 42.048.680 (R$ 32.827.256 em 2018) de recursos de terceiros, conforme demonstrado a seguir:

	2019	2018
Fundos de investimentos em participações	4.316.370	1.741.948
Fundos de investimento em direitos creditórios	11.865.291	9.377.693
Fundos de investimento em direitos creditórios- Não padronizados	12.523.996	11.290.150
Fundos de investimento multimercados	5.364.933	4.376.360
Fundos de investimento multimercados - Exterior	3.545.396	2.818.045
Fundos de investimentos imobiliários	687.553	740.318
Fundos de investimentos em ações	391.625	369.292
Fundos de investimentos em cotas FIDC	2.034.484	1.208.495
Fundos de investimentos em renda fixa	106.001	132.056
Clubes de investimentos	21.140	37.350
Carteiras administradas	1.191.891	735.549
Subtotal	**42.048.680**	**32.827.256**
Aplicações em fundos e clubes de investimentos administrados pela própria Corretora	(6.180.892)	(5.717.988)
Total líquido de recursos de terceiros	**35.867.788**	**27.109.268**

23 ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS, FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos contingentes

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Corretora não possuía ativos contingentes contabilizados.

b) Passivos contingentes classificados como perdas prováveis e obrigações legais

Em 31 de dezembro de 2019 as contingências e as obrigações legais, com risco de perda classificada como provável, totalizam R$ 17.851 (R$ 15.144 em 2018), substancialmente representados pelos seguintes processos:

1. Processo cível no montante de R$ 5.425 referente a ações indenizatórias.

2. Processo CVM - Comissão de Valores Mobiliários no montante de R$ 10.273, para o qual foram efetuados depósitos em juízo cujo montante na data do balanço, é de R$ 17.763 (R$ 17.763 em 2018), registrado contabilmente na rubrica "Outros créditos diversos", no realizável a longo prazo.

A movimentação das provisões para contingências no exercício e a composição dos depósitos judiciais estão abaixo apresentadas:

	Provisão para contingências					
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Outros	2019	2018
Saldo no início do exercício	**350**	**5.142**	**2.991**	**6.661**	**15.144**	**3.394**
Constituições (nota 18)	-	516	19	3.612	4.147	11.921
Reversões (nota 17)	-	-	(1.206)	-	(1.206)	(416)
Reclassificações	-	-	-	-	-	1.804
Realizações	-	(234)	-	-	(234)	(1.559)
Saldo no final do exercício	**350**	**5.424**	**1.804**	**10.273**	**17.851**	**15.144**

	Depósitos judiciais					
	Trabalhistas	Fiscais	Outros	2019	2018
Saldo no início do exercício	**18**	**1.608**	**17.974**	**19.600**	**20.908**
Atualizações	-	43	-	43	58
Constituições	-	-	-	-	252
Realizações/reversões	(7)	(547)	-	(554)	(1.618)
Saldo no final do exercício	**11**	**1.104**	**17.974**	**19.089**	**19.600**

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

Em 31 de dezembro de 2019 as contingências passivas classificadas como perdas possíveis estão representadas por 16 processos (14 processos em 2018) de natureza cível que somam R$ 1.242 (R$ 1.129 em 2018) e 16 processos (12 processos em 2018) de natureza fiscal que somam R$ 1.665 (R$ 1.442 em 2018), todos com base nos valores atribuídos aos respectivos processos pelas partes reclamantes (que não representam, necessariamente, o valor de uma possível perda).

d) Órgãos reguladores

O acionista controlador possui processo em andamento perante o Banco Central do Brasil e também se encontra em andamento inspeção da Secretaria da Receita Federal no acionista controlador, aberta em 8 de fevereiro de 2018 sobre as declarações de imposto de renda do Banco para os anos-base de 2013 a 2015 referente às compensações de imposto de renda do Banco, onde houve autuação fiscal no processo administrativo sob o nº 16327-721.120/2019-10.

Na Comissão de Valores Mobiliários existem processos em andamento (nota 23b).

24 LIMITES OPERACIONAIS

O índice da Basiléia, para a data-base de 31 de dezembro de 2019, apurado de acordo com o estabelecido na Resolução nº 2.099/94, com as alterações introduzidas pelas Resoluções nºs 4.192/13 e 4.193/13, é de 13,14% para o Conglomerado Financeiro.

25 PRESTAÇÃO DE OUTROS SERVIÇOS E POLÍTICA DE INDEPENDÊNCIA DO AUDITOR

A Corretora, em atendimento à Resolução nº 3.198 do Conselho Monetário Nacional (CMN), não contratou serviços da BDO RCS Auditores Independentes relacionados a Corretora, além dos serviços de auditoria externa. A política adotada alerta aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes que, principalmente, determinam que o auditor não deva auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover seus interesses.

26 EVENTOS SUBSEQUENTES

Reorganização societária

Em 06 de fevereiro de 2020, reuniram-se em Assembleia Extraordinária os acionistas do Banco Paulista (Controlador) para deliberarem sobre a "reorganização societária" da Corretora, resultante do seu Capital Social, sem o cancelamento de ações, com a restituição da totalidade das ações da Socopa aos seus acionistas, mantendo-se inalterado o percentual de participação dos atuais acionistas no capital social do Controlador.

A finalidade da redução de capital social é tornar as estruturas societárias do Controlador e da Socopa independentes, por meio da transferência da totalidade das ações de emissão da Socopa para os acionistas, deixando de ser subsidiária integral do Banco, observada a seguinte ordem cronológica:

- A Socopa reduziu seu Capital, no montante de R$ 3.783, sem o cancelamento de ações, com a restituição ao Banco Paulista de recursos em valor equivalente;
- O Controlador, reduziu o Capital Social em R$ 60.000, sem o cancelamento de ações, com a restituição da totalidade das ações da Socopa aos seus acionistas, mantendo-se inalterado o percentual de participação dos atuais acionistas no capital social do Banco Paulista
- Foi deliberado o aumento de capital social do Controlador, no montante de R$ 38.000, subscrito integralmente pelo acionista Álvaro Augusto Vidigal, e integralizado em moeda corrente nacional sendo que R$ 19.000 foram integralizados no dia 13 de fevereiro de 2020 e o remanescente, equivalente a R$ 19.000, a ser pago no dia 13 de setembro de 2020 mediante aumento de capital pelo Banco Central do Brasil, em moeda corrente nacional

Estas deliberações foram aprovadas pelo Banco Central através do Ofício 12.778/2020-BCB/Deorf/GTSP1 em 03 de julho de 2020.

Efeito do Coronavírus nas demonstrações contábeis

A Socopa em atenção às orientações governamentais e principalmente órgãos de saúde, vem adotando as medidas necessárias para apoiar a prevenção do COVID-19.

Para isso, tem intensificado a comunicação para a conscientização de todos os colaboradores e adotado medidas administrativas como, por exemplo, flexibilização do horário de trabalho, sistema home office e reuniões não presenciais.

A Administração não identificou nenhuma alteração significativa no seu processo operacional, haja vista que continua operando normalmente.

Acreditamos que, apesar das limitações atuais para se quantificar os impactos financeiros, dada a imprevisibilidade das consequências que afetarão o mercado, está preparada para os desafios pois apresenta uma situação de solidez confortável, representada pelos seus índices econômicos.

DIRETORIA EXECUTIVA
ANA CRISTINA ALVES AFONSO - Contadora - CRC 1SP 234.300/O-5

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Sócios e Administradores da
Socopa - Sociedade Corretora Paulista S.A.
São Paulo - SP

Opinião com ressalvas

Examinamos as demonstrações contábeis da Socopa - Sociedade Corretora Paulista S.A. ("Corretora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalvas", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Socopa - Sociedade Corretora Paulista S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para os semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião com ressalvas

Investigações independentes

Em função dos processos instaurados pelo Banco Central do Brasil (BACEN) o qual, conforme nota explicativa nº 26, autorizou a redução de capital do Banco Paulista S.A. com a saída da Corretora de sua participação societária, e Ministério Público Federal (MPF) a respeito das investigações conduzidas pelas autoridades públicas federais relacionadas à operação conhecida como "Operação Lava Jato - Disfarces de Mamon", conforme apresentado na Nota Explicativa nº 2.c., a atual Administração do Banco Paulista S.A. ("Controlador" ou "Banco") concluiu investigação independente sobre os prestadores de serviços apontados nos processos instaurados pelo BACEN e MPF com o propósito de apurar eventuais descumprimentos de leis e regulamentos por parte de seus ex-administradores e ex-prestadores de serviços relacionados a essa Operação. A investigação contou com um comitê interno independente que orientou os trabalhos junto ao time de investigação conduzido por escritórios de advocacia especializada em riscos, com seus resultados apresentados na Nota Explicativa nº 2.c. A investigação abrangeu apenas os prestadores de serviços que estão constantes das investigações conduzidas por autoridades públicas federais, tendo apontado que determinadas despesas de prestação de serviços decorrentes de comissionamento sobre operações de câmbio realizadas pelo Banco não apresentavam evidências apropriadas e suficientes para comprovar os efetivos prestações de serviços, assim como foram identificadas despesas sem a devida formalização em contratos, pagamentos de despesas cujos contratos não estipulavam o racional de remuneração ou percentuais de comissões e ausência de solicitações de compras ou cotações com outros fornecedores.

Sobre o processo administrativo conduzido pelo BACEN contra o Banco, conforme nota explicativa nº 2.c, os assessores jurídicos se posicionaram no sentido de que ainda não há informações suficientes para que se possa divulgar ou ainda determinar se uma provisão para perdas é requerida. Assim, as investigações realizadas, por não terem abrangido a totalidade dos prestadores de serviços, pode ainda depender de que outros procedimentos investigativos, ainda não considerados, venham a ser requeridos como parte do longo processo de investigação deflagrado.

Adicionalmente, neste momento, não é possível estimar os desdobramentos futuros decorrentes dos processos de investigações conduzidos pelas autoridades públicas federais, nem os eventuais efeitos sobre as demonstrações contábeis da Corretora findas em 31 de dezembro de 2019 em função do estágio das investigações realizadas pelas autoridades públicas federais.

Disponibilidades em moeda estrangeira

Conforme nota explicativa nº 4 as demonstrações contábeis findas em 30 de junho a Corretora apresenta disponibilidades nos montantes de R$ 5.853 mil, para as quais não nos foram apresentadas evidências de auditoria apropriadas e suficientes e controles internos que pudessem suportar o montante de R$ 529 mil, não tendo sido possível, por meio da aplicação de procedimentos alternativos de auditoria, concluirmos sobre a correta apresentação daqueles valores. Como consequência, não nos foi possível concluirmos sobre os efeitos destas limitações sobre as demonstrações contábeis da Corretora findas em 31 de dezembro de 2019.

Circularização (confirmações externas de saldos) de instituições financeiras

Como procedimento de auditoria definido pela NBC TA 505 - Confirmações externas (circularizações) foram encaminhadas solicitações de confirmações das operações mantidas com outras instituições financeiras nas datas de 30 de junho de 31 de dezembro de 2019. Até a data de encerramento de nosso exame não foi recebida resposta de circularização de conta corrente em aberto no valor de R$ 4 mil, conforme nota explicativa nº 4, não tendo sido possível, através da aplicação de procedimentos de alternativas de auditoria, assegurarmos quanto à existência de outras operações que não aquelas registradas naquela data. Como consequência, não foi possível concluir sobre a limitação deste procedimento.

Suporte das operações de câmbio em 30 de junho de 2019

Em 30 de junho de 2019 a Corretora possuía operações de câmbio registradas nas rubricas contábeis abaixo relacionadas, sendo que até a conclusão de nosso exame não foram apresentadas documentações e controles internos adequados para suprir daqueles valores, tendo estas sido apresentadas sem documentação suporte no segundo semestre de 2019:

- **"Carteira de câmbio - ativo"**: Saldo em 30 de junho de 2019 de R$ 2.217 mil;
- **"Correspondentes de câmbio a receber - ativo"**: Saldo em 30 de junho de 2019 de R$ 951 mil;
- **"Devedores diversos país"**: Saldo em 30 de junho de 2019 de R$ 11.036 mil, dos quais foram baixados R$ 8.198 mil de operações com câmbio;
- **"Carteira de câmbio - passivo"**: Saldo em 30 de junho de 2019 de R$ 3.435 mil; e
- **"Comissões a pagar sobre operações de câmbio"**: Saldo em 30 de junho de 2019 de R$ 2.119 mil, dos quais foram baixados R$ 1.311 mil.

Como consequência, não foi possível concluirmos sobre os efeitos destas limitações e seus impactos sobre as demonstrações contábeis da Corretora findas em 31 de dezembro de 2019.

Suporte das operações de câmbio em 31 de dezembro de 2019

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 10.b, 11.a e 18.a demonstrações contábeis findas em 31 de dezembro de 2019, a Corretora possui operações de câmbio registradas nas rubricas contábeis "Valores a receber de sociedades ligadas", "Comissões a pagar sobre operações de câmbio", "Receitas com operações de câmbio" e "Regularização de valores a liquidar de câmbio", nos montantes de R$ 1.414 mil, R$ 800 mil, R$ 2.818 mil e R$ 3.892 mil, respectivamente, para as quais não nos foram apresentadas evidências de auditoria apropriadas e suficientes e controles internos que permitissem obter outras evidências de auditoria apropriadas e suficientes que pudessem suportar os saldos contabilizados nestas rubricas, não tendo sido possível, por meio da aplicação de procedimentos alternativos de auditoria, concluirmos sobre a sua correta apresentação. Como consequência, não nos foi possível concluirmos sobre os efeitos destas limitações sobre as operações de câmbio e seus impactos sobre as demonstrações contábeis da Corretora findas em 31 de dezembro de 2019.

Distribuição de dividendos

Conforme nota explicativa nº 12.c as demonstrações contábeis, foram destinados e distribuídos dividendos no montante de R$ 38.521 mil. Entretanto, a Corretora auferiu prejuízo no exercício, não apresentando saldo de reservas de lucros que possibilitassem a distribuição destes dividendos, sendo necessário a transferência de reserva legal para reserva estatutária para suprir sua insuficiência de saldo para esta distribuição. Ainda sobre a distribuição, não foi apresenta condições e justificativas de atendimento à legislação societária brasileira. Adicionalmente, as ressalvas descritas nesse relatório indicam que o resultado do semestre findo em 30 de junho findas em 31 de dezembro de 2019 estão superavaliados, corroborando com a distribuição de dividendos excedente ao permitido pela legislação societária brasileira.

Processos judiciais junto a Comissão de Valores Mobiliários

Conforme mencionado na nota explicativa nº 23.b as demonstrações contábeis findas em 31 de dezembro de 2019, a Corretora é contraparte de processo administrativo aberto pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), no qual é requerido pelo valor de multa imposta nos autos do processo administrativo sancionador PAS CVM 06/94, para o qual foi constituída provisão de R$ 10.273 mil, dos quais R$ 331 mil e R$ 308 mil referem-se ao primeiro e segundo semestres findos em 2019, respectivamente, e o restante, R$ 2.973 mil, referem-se a exercícios anteriores. Além disso, o valor atualizado deste processo soma nesta data R$ 11.391 mil, gerando diferença de R$ 1.118 mil que se referem a exercícios anteriores. Desta forma, as demonstrações contábeis anteriores a 2019 deveriam sofrer suas respectivas reapresentações, conforme previsto no CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erros, aprovado pela Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.0071/13. Como consequência, a Corretora apresenta a insuficiência de provisionamento no valor de R$ 1.118 mil, com a subavaliação do passivo e superavaliação do patrimônio líquido neste valor, o resultado do exercício subavaliado em R$ 2.973 mil e resultado do período findo em 31 de dezembro de 2019 subavaliado em R$ 3.302 mil e as demonstrações contábeis findas em 31 de dezembro de 2018 deveriam estar sendo reapresentadas, como requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

Inconsistência de atualização de processos judiciais

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 23 as demonstrações contábeis findas em 31 de dezembro de 2019, a Corretora é contraparte em processos de natureza cível, trabalhista e tributário, para os quais foram constituídas provisões de R$ 7.578 mil em 31 de dezembro de 2019, sendo que os assessores jurídicos avaliaram estas demandas judiciais, com probabilidade de perda provável, o montante de R$ 11.420 mil, apresentando insuficiência de provisão no montante de R$ 3.842 mil. Como consequência, os resultados do semestre e exercício e o patrimônio líquido estão subavaliados em R$ 3.842 mil.

Permissas para registro de crédito tributário

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 19.b as demonstrações contábeis, a Corretora possui registrados em seu ativo crédito tributário no montante de R$ 4.102 mil, para os quais elaborou estudo técnico para a realização desse montante baseado em projeções futuras, não tendo sido possível, através da aplicação de procedimentos de auditoria, obter evidência suficiente e apropriada para corroborar com as receitas projetadas utilizadas no referido estudo. Como consequência, não nos foi possível concluirmos sobre os efeitos destas limitações sobre a realização do crédito tributário e seus impactos sobre as demonstrações contábeis da Corretora findas em 31 de dezembro de 2019.

Ajuste de avaliação patrimonial

Em 31 de dezembro de 2019 a Corretora possuía ajuste ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda registrados em seu patrimônio líquido no montante de R$ 620 mil, tendo sido negociados, parte no exercício de 2019, no valor de R$ 271, e parte em exercícios anteriores, no valor R$ 338 mil, sendo que este valor, de exercícios anteriores, respaldam a reapresentação das demonstrações contábeis, conforme previsto pelo CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erros, aprovado pela Resolução CMN nº 4.0071/13. O valor de R$ 271 mil, deveriam ser reconhecidos no resultado de 2019. Como consequência, o PL em 31 de dezembro de 2019 o ajuste a valor de mercado está superavaliado em R$ 609 mil e o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 está subavaliado em R$ 271 mil e as demonstrações contábeis findas em 31 de dezembro de 2018 deveriam estar sendo reapresentadas, como requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido

Conforme mencionado na nota explicativa nº 19.a, em 31 de dezembro de 2019 a Corretora apurou Imposto de renda pessoa jurídica e contribuição social sobre o lucro líquido nos montantes de R$ 2.384 mil e R$ 1.302 mil, respectivamente, totalizando o montante de R$ 3.686 mil, quando nosso exame aponta para provisões de R$ 5.112 mil, ocasionando uma diferença de R$ 1.426 mil. Consequentemente, o passivo circulante, o resultado do exercício e o patrimônio líquido estão subavaliados em R$ 1.426 mil.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes à 30 de junho de 2019

As demonstrações contábeis da Corretora são apresentadas findo em 30 de junho de 2019, foram anteriormente por nós auditadas, cujo relatório de auditoria foi emitido em 15 de maio de 2020 com abstenção sendo importante expor que:

- Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 não foram identificadas operações relacionadas com aquelas apontadas pelo MPF, tão pouco houve novas diligências deste órgão tendo como contraparte o Banco ("acionista controlador"), seus administradores ou seus vinculados;
- Nossos exames confirmaram que as operações de câmbio foram suprimidas e não estão sendo realizadas novas operações nesse modalidade pelo Banco ("acionista controlador") e pela Corretora.
- A fiscalização do BACEN ainda não foi concluída e como desdobramento deste processo foi orientado a solicitada a inclusão do Banco através da cessão de sua participação acionária na Corretora aos acionistas do Banco, tendo sido homologada em julho de 2020, denotando haver concordância do órgão regulador com o processo de ajuste apresentado aquele órgão.
- A sucessão dos fatos apontados nos levam a avaliação dos riscos atrelados a estes assuntos, de maneira a conclusirmos que as incertezas decorrentes das investigações em andamento não são mais pervasivas o suficiente para emissão de relatório de auditoria com abstenção de opinião.

Seguem os assuntos relacionados com a abstenção de opinião em 30 de junho de 2019:

Investigações realizadas pela Administração

Ressalva com mesmo teor da ressalva descrita acima na seção intitulada "Base para opinião com ressalvas", "Investigações independentes".

Circularização de instituições financeiras brasileiras

Ressalva com mesmo teor descrito acima na seção intitulada "Base para opinião com ressalvas", "Circularização (confirmações externas de saldos) de instituições financeiras".

Disponibilidades em moeda estrangeira

Ressalva com mesmo teor descrito acima na seção intitulada "Base para opinião com ressalvas", "Disponibilidades em moeda estrangeira".

Documentação suporte de operações de câmbio

Ressalva com mesmo teor descrito acima na seção intitulada "Base para opinião com ressalvas", "Suporte das operações de câmbio em 30 de junho de 2019".

Documentação suporte

Ressalva com mesmo teor descrito acima na seção intitulada "Base para opinião com ressalvas", "Documentação suporte em 30 de junho de 2019".

Ausência de atualização de processos judiciais

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 24, a Corretora é contraparte de processo administrativo aberto pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), no qual é requerida cobrança de multa imposta nos autos do processo administrativo sancionador PAS CVM 06/94, para o qual foi constituída provisão de R$ 6.661 mil. O parecer dos assessores jurídicos da Corretora indica prognóstico de perda provável neste montante, conforme avaliações e decisões de auditoria indicaram que o valor provisionado não contemplava as contingências monetárias aplicáveis a esta categoria de processo, cujos montantes acumulados em 30 de junho de 2019 correspondiam a R$ 4.421 mil, sendo R$ 331 mil correspondente ao semestre corrente. Nesse sentido em 30 de junho de 2019 o passivo da Corretora está subavaliado em R$ 2.653 mil, líquido de efeitos tributários, enquanto o patrimônio líquido está superavaliado nesse mesmo montante. Adicionalmente, o resultado do semestre findo em 30 de junho de 2019 está superavaliado em R$ 199 mil, líquido de efeitos tributários.

Reconhecimento de resultado

No semestre findo em 30 de junho de 2019 a Corretora reconheceu outras receitas operacionais e outras despesas operacionais no valor de R$ 2.330 mil e R$ 3.051 mil, respectivamente, para as quais não nos foram apresentados documentos e/ou controles internos que permitissem obter outras evidências de auditoria apropriadas e suficientes que pudessem suportar os saldos contabilizados nestas rubricas, não tendo sido possível fazê-lo através de procedimentos alternativos de auditoria. Consequentemente, não nos foi possível determinar a extensão de eventuais ajustes, porventura tornar-se-ia necessários impactos nas demonstrações contábeis da Corretora findas em 30 de junho de 2019."

Auditoria dos valores correspondentes à 31 de dezembro de 2018

As demonstrações contábeis da Corretora relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, apresentadas para fins comparativos, foram anteriormente auditadas por outros auditores independentes, cujo relatório de auditoria emitido em 02 de dezembro de 2019, continha abstenção de opinião referente aos seguintes assuntos:

Investigação em andamento

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2.c, em função do processo administrativo aberto pelo Banco Central do Brasil em 15 de junho de 2018 e processo de investigação do Ministério Público Federal, aberto em 8 de maio de 2019, a respeito do suposto envolvimento do acionista controlador, Banco Paulista S.A. do processo de investigações pelas autoridades públicas federais, na operação conhecida como "Disfarces da Mamon", a Administração do acionista controlador está adotando ações investigativas com o propósito de identificar eventuais descumprimentos de leis e regulamentos por parte de seus colaboradores e administradores relacionados a esses alegações. Entretanto, como essas ações, incluindo o processo de investigação interna, bem como a referida operação, ainda encontram-se em andamento, e as ações investigativas que estão sendo conduzidas pela Administração não são conclusivas, não nos foi possível obter evidências suficientes de auditoria que nos permitissem concluir sobre os eventuais impactos existentes nas demonstrações financeiras da Corretora. Adicionalmente, neste momento, também não é possível prever os desdobramentos futuros decorrentes dos processos de investigações conduzidos pelas autoridades públicas e pela consultoria contratada pelo acionista controlador, seus eventuais efeitos nas demonstrações financeiras da Corretora do acionista controlador, bem como os efeitos sobre a Corretora.

Riscos relacionados à conformidade com leis e regulamentos

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 2 e 22.d, encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas por autoridades públicas sobre determinados gastos e suas destinações, incluindo seu cálculo de dedução do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - "IRPJ" e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - "CSLL" do período de 2013 a 2015. A Corretora, como resultado de investigações internas, identificou pagamentos a empresas incluídas, direta ou indiretamente na investigação "Disfarces de Mamom", durante os exercícios de 2013 a 2018. Os órgãos de governança do acionista controlador Banco Paulista S.A., autorizaram a contratação de empresa especializada para analisar os procedimentos internos relacionados a esses gastos e suas destinações, que, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspect

GRUPO **USJ**

Imobiliária São João S/A

CNPJ nº 49.709.983/0001-29

Financeiras

Relatório da Administração: Senhores Acionistas; Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. os balanços patrimoniais, as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e as notas explicativas relativos ao exercício findo em 30 de abril de 2020. Araras, 25 de junho de 2020 **A Diretoria**

Balanços patrimoniais em 30 de abril de 2020 e 2019 *(Em reais)*

Ativo	Nota	2020	2019
Circulante		**18.265**	**18.265**
Impostos a recuperar	9	18.265	18.265
Não circulante		**457.924**	**447.629**
Outras contas a pagar	10	457.924	447.629
Patrimônio líquido	11	**(439.659)**	**(429.364)**
Capital social		52.000	52.000
Reserva de lucros		-	-
Prejuízos acumulados		(491.659)	(481.373)
Total do Ativo		**18.265**	**18.265**
Total do Passivo		**18.265**	**18.265**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Resultados

Exercícios findos em 30 de abril de 2020 e 2019 *(Em reais)*

	Nota	2020	2019
Despesas administrativas e gerais	12	(10.295)	(8.983)
Resultado das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		**(10.295)**	**(8.983)**
Receitas financeiras	13	-	367.726
Despesas financeiras	13	-	(8.265)
Financeiras líquidas		-	**367.726**
Resultado antes dos impostos		(10.295)	358.743
IR e CS correntes		-	(129.244)
(Prejuízo) lucro líquido do exercício		**(10.295)**	**259.499**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Resultado Abrangente

Exercícios findos em 30 de abril de 2020 e 2019 *(Em reais)*

	2020	2019
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	(10.295)	259.499
Resultado abrangente do exercício	**(10.295)**	**259.499**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios findos em 30 de abril de 2020 e 2019 *(Em reais)*

	Nota	Capital social	Reserva de incentivo fiscal	(Prejuízos) lucros acumulados	Total
Saldos em 30 de abril de 2018		**52.000**	-	**(740.872)**	**(688.871)**
Lucro líquido do exercício		-	-	259.499	259.499
Saldos em 30 de abril de 2019		**52.000**	-	**(481.373)**	**(429.372)**
Prejuízo líquido do exercício	11	-	-	(10.295)	(10.295)
Saldos em 30 de abril de 2020		**52.000**	-	**(491.668)**	**(439.667)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 30 de abril de 2020 e 2019 *(Em reais)*

	Nota	2020	2019
Fluxo caixa das atividades operacionais			
(Prejuízo) lucro líquido do exercício		(10.295)	259.499
Variações nos ativos e passivos			
(Aumento) ou diminuição dos ativos			
Impostos a recuperar	9	-	(18.265)
Aumento ou (diminuição) dos passivos			
Outras contas a pagar	10	10.295	138.277
Impostos e contribuições a recolher		-	(379.511)
Fluxo de caixa líquido aplicado			
das atividades operacionais		-	-
Efeitos no caixa e equivalentes de caixa		-	-
Demonstração da redução em caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de Maio		-	-
Caixa e equivalentes de caixa em 30 de abril		-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional: A Imobiliária São João S/A ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil com escritório à Avenida São João S/N, Jardim Paraíso em Araras - SP, tem por objeto social serviço de administração, locação, arrendamento, loteamento e incorporação de bens imóveis. Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o novo coronavírus (Sars-Cov-2) causador da doença COVID-19 - uma pandemia global, tão oneroso, devido a grande disseminação do vírus por todo o mundo, e que a principal forma de conter a propagação da pandemia seria através do isolamento social, isto tem causado grandes impactos econômicos e financeiros, pois a grande parte do tem levado diversos países a anunciarem pacotes de estímulos econômicos a empresas e indivíduos, como por exemplo, financiamentos e garantias, postergação de pagamentos de tributos e empréstimos, benefícios trabalhistas e também alguns pagamentos diretos. Adicionalmente, os governos centrais têm adotado uma série de medidas para estimular a liquidez e proteger a economia, estas medidas, somadas ao impacto potencial do período, aumentam o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos relevantes nos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. Considerando os possíveis impactos dessa pandemia na posição patrimonial e financeira da Companhia, Administração avaliou tal capacidade de continuar em operação no futuro previsível. Algumas premissas e atualizadas para considerar os principais cenários possíveis esperados pela Companhia com base em todas as informações relevantes disponíveis até a data de autorização para emissão das demonstrações financeiras, considerando especificamente as incertezas relacionadas a pandemia da COVID-19, como também as medidas tomadas pela Companhia para mitigar os impactos da pandemia nas operações, entendemos que a núbsia principão de receita e os fluxos de caixa operacionais para o ano de 2020 deverá ser revisada. Mas, contudo, os impactos causados não são mensuráveis de uma forma a tornar uma estimativa precisa, pelo fato de a Companhia não possuir receitas e fluxos de caixa operacionais estimados. Em nossa avaliação, e considerando a imprevisibilidade da evolução da pandemia e dos seus impactos, a Administração conclui que existem algumas incertezas relevantes relacionadas a capacidade da Companhia de operar, mas que o pressuposto de continuidade ainda é válido, considerando todas as informações relevantes disponíveis até a data de autorização para emissão das demonstrações financeiras, portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade dos negócios da Companhia. **2. Base de preparação: Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC):** As demonstrações financeiras individuais foram preparadas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e a Administração da Companhia confirma que todas as informações relevantes, e somente estas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 25 de junho de 2020. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas nas respectivas notas explicativas. **Base de preparação:** As demonstrações financeiras anuais da Companhia no qual o CPC (R2R2- Arrendamento foram aplicadas. As mudanças relacionadas nas principais políticas contábeis estão descritas na nota explicativa 5. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente estas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para a unidade mais próxima, exceto quando indicado de outra forma. **4. Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação das demonstrações financeiras individuais, a Administração utilizou julgamentos, estimatibas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. *(i)* **Mensuração do valor justo:** Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. A Companhia estabelece uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos e reporte diretamente ao Comitê de Auditoria. Esta estrutura revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação avalia e documenta evidências de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Questões significativas de avaliação são reportadas para o Comitê de Risco da Companhia. Se mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (input) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • **Nível 1**: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • **Nível 2**: ajuste, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • **Nível 3**: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis em mercado (inputs não observáveis). A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras individuais em que ocorreram as mudanças. **5. Mudanças nas principais políticas contábeis:** A Companhia adotou o CPC 06(R2) a partir de 1º de maio de 2019. Uma série de outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, mas não alteram materialmente as demonstrações financeiras da Companhia. A Companhia adotou o CPC 06(R2) utilizando a abordagem retrospectiva modificada, na qual o efeito cumulativo da aplicação inicial é reconhecido no saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de maio de 2019. Consequentemente, as informações comparativas apresentadas para 2019 não estão representadas, ou seja, são apresentadas, conforme reportado anteriormente, de acordo com o CPC 06(R1) e interpretações relacionadas. Os detalhes das mudanças nas políticas contábeis foram divulgados abaixo. Além disso, os requerimentos de divulgação no CPC 06(R2) em geral não foram aplicados a informações comparativas. **5.1 CPC 06 (R2) Arrendamentos:** *Aspectos gerais:* O CPC 06 (R2) introduz um modelo único de contabilização de arrendamento no balanço patrimonial para arrendatário. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores classificam a classificação dos arrendamentos em financeiros ou operacionais. O CPC 06 (R2) substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil e efetiva, a partir de 1º de maio de 2019. A luz da referida norma contábil, não ocorreram impacto identificado pela Companhia. *Política contábil:* A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e, subsequentemente, pelo custo menos qualquer amortização acumulada e perdas ao valor recuperável, ajustado pela taxa dos respectivos contratos. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de aluguéis e arrendamentos que não foram pagos na data de transição, descontados usando a taxa livre de risco nominal (CDI), baseada no prazo do arrendamento da Companhia. A Companhia remensura o passivo de arrendamento se houver alteração no prazo do arrendamento ou se houver alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou em taxa utilizada para determinar esses pagamentos, reconhecendo o valor da remensuração diretamente no patrimônio como ajuste no ativo de direito de uso. *Transição:* A Companhia pode utilizar a abordagem retrospectiva modificada, na qual o efeito cumulativo da adoção inicial é reconhecido como um ajuste no saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de maio de 2019. Mas como não foi verificado nenhum valor de ajuste para o exercício, não haverá nenhum tipo de ajuste para reapresentação das financeiras devido a modificação da referida norma. **5.2 ICPC 22 - Incertezas em Relação a Tratamentos Tributários:** Esta interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 Tributos sobre o Lucro quando houver incerteza sobre o tratamento de impostos sobre a renda a contribuição social sobre o lucro líquido. Nessas circunstâncias, a entidade deve reconhecer e mensurar o seu ativo ou passivo fiscal, corrente ou diferido, aplicando os requisitos do CPC 32 com base no lucro tributável (perdas fiscais), nas bases fiscais, nos prejuízos fiscais não utilizadas, nos créditos fiscais não utilizados e nas alíquotas fiscais, determinados com base nesta interpretação. Esta interpretação não tem impacto no caso da Companhia, a partir de 1º de maio de 2019 e não foi identificado impactos relevantes a serem reconhecidos em suas demonstrações divulgadas nas demonstrações financeiras da Companhia. **5.3 Outras informações:** Em 1º de maio de 2019, não houve impactos nas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, do fluxo de caixa, nas demonstrações do resultado e demonstrações dos fluxos de caixa em relação das mesmas informações do ano de 2019. **6. Ativos financeiros: 6.1 Base de mensuração:** As demonstrações financeiras individuais foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimonais: • Ativo instrumentos financeiros derivativos são mensurados ao valor justo; • os instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio de resultado; e • ativos não circulantes mantidos para venda. **7. Principais políticas contábeis:** A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessa demonstração financeira individual. **7.1 Receita operacional:** A Companhia adotou inicialmente o CPC 47 a partir de 1º de maio de 2018. As informações sobre as políticas contábeis da Companhia relacionadas a contratos com clientes são fornecidas conforme descrito abaixo. A receita operacional é reconhecida quando os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos produtos ou serviços foram transferidos para o comprador, for provável que os benefícios econômicos fluam para a entidade e for possível mensurar de forma confiável os custos e devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável. Não haja envolvimento contínuo com os bens e não seja possível valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações. **7.2 Instrumentos financeiros:** *(i) Reconhecimento e mensuração inicial:* O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado pelo valor justo por meio de resultado (FVPL) acrescido pelo um item não mensurado de VPJ ou custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. *(ii) Classificação e mensuração subsequente:* No reconhecimento inicial, um ativo é classificado e classificado como mensurado ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao valor justo por meio do resultado (VJPR). Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado VJPR: • o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos apenas a pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJPR: • o instrumento é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais e para vender ativos financeiros; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJPR. Isso inclui fundos os ativos financeiros derivativos, no reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJPR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. *(iii) Reclassificação de ativos do modelo de negócio:* A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em cada período de relatório, pois isso reflete melhor a maneira de gerir o ativo financeiro de seus negócios e fornecer a Administração. As informações consideradas incluem: • As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Elas incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência da duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados às obrigações financeiras ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração; • Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e os ativos financeiros mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • Como os gerentes da região são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos sob gestão ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e • A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para outras entidades jurídicas que não as da Companhia não são consideradas, mento não são consideradas vendas, tal como é consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação no gerenciamento com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. *Ativos financeiros - avaliação pelo valor de custo amortizado são somente pagamentos de principal e juros:* Após o reconhecimento inicial, um ativo financeiro é avaliado pelo valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto em um período específico e também por outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa de modo que não atenda a essa que não atenderia a condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: • Eventos contingentes que modificariam o valor ou a época dos fluxos de caixa; • Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • O pré-pagamento e prorrogação de prazos; • Termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamento de principal e juros no caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, em relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também podem representar compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) atende aos critérios de juros e juros do principal se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. *Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas: Ativos financeiros a VJPR:* Estes ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. *Ativos financeiros a custo amortizado:* Estes ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. *Instrumentos de dívida a VJORA:* Estes ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros ganhos e perdas líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado. *Instrumentos patrimoniais a VJORA:* Estes ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente um recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado. *Ativos financeiros:* Classificação, classificou os ativos financeiros nas seguintes categorias: • empréstimos e recebíveis; • ativos financeiros mantidos até o vencimento; • ativos financeiros disponíveis para venda; e • ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. *Empréstimos e recebíveis:* Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. *Ativos financeiros mantidos até o vencimento:* Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. *Empréstimos e recebíveis:* Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. *Ativos financeiros mantidos até o vencimento:* Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. *Ativos financeiros disponíveis para venda:* Mensurados ao valor justo e as variações no valor justo, exceto as perdas por impairment, que são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. Ativos, foram reconhecidas em ORA e acumuladas na reserva de valor justo. Quando esses ativos foram desreconhecidos, os ganhos e perdas acumulados no patrimônio líquido foram reclassificados para o resultado. *Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas:* Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJPR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e os ganhos líquidos, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. *(iii) Desreconhecimento: Ativo financeiro:* A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os seus direitos aos fluxos de caixa do ativo se tiverem vencido ou a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia tem transferido nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações que transferem ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nestes casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. *Passivo financeiro:* A Companhia retira um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também reconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação (incluindo ativos transferidos que não transtornam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. *(iv) Compensação:* Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando a Companhia tem um direito legal exigível de compensar os valores reconhecidos e tem a intenção de liquidar em base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. *(v) Capital social:* Ações ordinárias: Ações ordinárias da Companhia são classificadas como patrimônio líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios definem em estatuto são reconhecidos como passivo. **7.3 Redução ao valor recuperável (impairment):** *Ativos financeiros não derivativos: Instrumentos financeiros e ativos contratuais:* A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: • Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; e • Ativos de contratos. A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada ao prazo de vida, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses: • Ativos de dívida com baixo risco de crédito na data de balanço; e • Outros fluxos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial. As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contratos são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço desnecessário, incluindo informações qualitativas e quantitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas. *Mensuração:* A Companhia mensura a perda de risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial, de forma que reflita: • Um valor não-viesado como no um ativo financeiro como inadimplente quando; • E pouco provável que os devedores entrem em falência ou outra forma de reorganização financeira e recorrer a ações como a realização da garantia (se houver aplicável). Para ativos financeiros em atraso, a Companhia leva em conta o período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada e o período contratual máximo de prorrogação de contrato que expõe a Companhia ao risco de crédito. *Mensuração das perdas de crédito esperadas:* As perdas de crédito esperadas são estimadas ponderadas por probabilidade de crédito. As perdas de crédito são mensuradas pelo valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (por exemplo, as diferenças entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Empresa e suas controladas esperam receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva (ou efetiva ajustada pelo crédito) do ativo financeiro. *Ativos financeiros:* Ativos financeiros em atraso: A Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão em atraso. Os ativos financeiros estão em atraso quando o devedor não efetua o pagamento do valor devido na data de vencimento do pagamento contratual. Ativos financeiros individuais: Para ativos individuais, a Companhia avalia se os ativos financeiros individuais são individualmente significativos e avalia se a provisão específica de perda por redução ao valor recuperável é necessária. Ativos financeiros individuais que não são individualmente significativos: Ativos financeiros individuais que não são individualmente significativos são avaliados em grupos de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes. Ao avaliar a redução ao valor recuperável de ativos financeiros individuais, a Companhia considera: • Qualquer mudança adversa na capacidade de pagamento do devedor; • Mudanças econômicas locais ou nacionais que possam impactar as obrigações do devedor; e • Informações específicas do devedor. Ao avaliar a redução ao valor recuperável de ativos financeiros em grupos, a Companhia considera: • Tendências de mudanças no valor dos ativos financeiros individuais; • Mudanças econômicas locais ou nacionais que possam impactar as obrigações do devedor; e • Informações específicas do devedor. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para reduzir o valor contábil de quaisquer ágios alocados a essas UGCs, e depois para reduzir o valor contábil dos demais ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata. **7.4 Receita financeira e despesa financeira:** As receitas financeiras compreendem receita de juros sobre investimentos, variações cambiais no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, utilizando o método de juros efetivos. As despesas financeiras compreendem despesas de juros sobre empréstimos financiamentos, variações cambiais no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros e receita financeira líquida, e despesas financeiras, de desconto a valor presente das provisões e outros ajustes de valores de ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado são reconhecidos no resultado. Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida. **7.5 Imposto de renda e contribuição social:** Conforme legislação tributária brasileira a Companhia optou pelo regime de tributação com base no lucro presumido a partir de 1º de janeiro de 2015. A base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social presumidos é calculada à razão de 8% no cálculo de imposto de renda e 12% no cálculo da contribuição social sobre a receita bruta proveniente da venda de imóveis e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais incide a alíquota de imposto de renda de 15%, acrescido do adicional de 10%, para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Por ser optante, a Companhia não apura ajuste fiscal, no período, de diferenças temporárias, do desconto a valor presente das receitas e custos de empréstimos e outros ajustes a valores justos, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas no período. A Companhia também deverá manter o controle da tributação estimada disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto diferido e de contribuição social diferidos são reconhecidos a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. O imposto diferido e remanscente de imposto de renda e

autojornal
o dia a dia motorizado

Edição: 492 15 a 21 de agosto de 2020

Nacionais

Linha 2021 do T-Cross chega às concessionárias

Referência em espaço interno, praticidade, performance, design e segurança entre os utilitários esportivos compactos, o Volkswagen T-Cross acaba de atualizar os conceitos de conectividade, streaming e serviços do segmento. A linha 2021 do modelo chega às concessionárias com preços entre R$ 91.660 e R$ 120.600, equipada agora com a inovadora central de infotainment VWPlay. Totalmente desenvolvido no Brasil, com foco no consumidor local, o VW Play será item de série no T-Cross em todas as versões.

O VW Play inova em todos os sentidos. Traz tela sensível ao toque de 10,1 polegadas de altíssima resolução (HD+), anti-riscos e somente com botões virtuais. Entre seus inúmeros recursos, destaque para a conexão de internet via smartphone do motorista, permitindo o usuário baixar na própria central diversos aplicativos, como iFood (delivery), Deezer (música), Estapar (estacionamento), Porto Seguro (seguro), Waze (navegador), Ubook (audiobook), entre outros, a partir da exclusiva loja virtual VW Play Apps.

Para isso, conta com um HD interno com capacidade de 10 GB, que permite armazenar centenas de mapas do Waze e milhares de músicas, por exemplo. A central conta também com o Manual Cognitivo e o APP 'Meu VW", que possibilita desde de esclarecer dúvidas referente ao veículo, caso uma luz-espia acenda no painel, por exemplo, até o agendamento de uma revisão periódica na concessionária Volkswagen de preferência do proprietário.

O T-Cross preservou uma das características do modelo: listas de equipamentos de série recheadas com itens de conforto, comodidade, praticidade e segurança. Desde a configuração 200 TSI com transmissão manual, o modelo traz de fábrica 6 airbags (2 frontais, 2 laterais nos bancos dianteiros e 2 de cortina), controles eletrônicos de tração (ASR) e estabilidade (ESC), bloqueio eletrônico do diferencial (XDS+), auxílio de partida em rampa (Hill Hold Control), ar-condicionado, espelhos retrovisores externos com ajuste elétrico e função 'Tilt Down' do lado direito, direção elétrica, lanternas em LED, faróis de neblina com função 'Cornering Light', luz de condução diurna (DRL) em LED, rodas de liga leve de 16 polegadas, sensor de estacionamento traseiro, volante multifuncional, vidros elétricos nas quatro portas, sistema ISOFIX e top tether, entre outros.

E além da central de infotainment VW Play, a versão 200 TSI do SUV compacto passa a contar também de série, a partir da linha 2021, com entrada USB no console central, indicador de controle da pressão dos pneus (RKA), regulagem de altura dos faróis e o Sistema de Frenagem Automática Pós-Colisão (Post Collision Brake), que reconhece o primeiro impacto (frontal), aciona automaticamente o sistema de freios e evita colisões sequenciais.

Câmera de ré, sensores de estacionamento dianteiros e 2 alto-falantes extras (totalizando 6) estão à disposição como opcionais no Pacote Interactive III.

Já a versão 200 TSI com transmissão automática ganha a mais em relação à manual o controlador da velocidade de cruzeiro, a saída do ar-condicionado para os ocupantes do banco traseiro, duas saídas USB para recarga de smartphones também para os passageiros que viajam atrás, volante multifuncional revestido em couro com 'Paddle Shift', descansa braço central com porta-objetos e 2 alto-falantes dianteiros adicionais.

Assim como a configuração manual, conta com somente um pacote de opcionais, o Interactive IV, que contempla câmera de ré, sensores de estacionamento dianteiros, espelhos retrovisores externos eletronicamente rebatíveis e, como novidade da linha 2021, rodas de liga leve de 17 polegadas Manila diamantadas com parte interna na cor preta (pneus 205/55 R17).

Comfortline e Highline

As versões Comfortline 200 TSI e Highline 250 TSI continuam sendo referência no segmento com recheio para satisfazer os consumidores mais exigentes. A partir da Comfortline, o SUV passa a contar de fábrica com ar-condicionado com controle digital de temperatura Climatronic, câmera de ré, porta-malas com sistema de ajuste variável de espaço (s.a.v.e.), sensor dianteiro de estacionamento (além do traseiro), espelhos retrovisores externos com rebatimento automático, Iluminação ambiente em LED e sistema Kessy, que permite acesso ao veículo sem o uso da chave e botão para partida do motor.

Entre as novidades da configuração para linha 2021 estão as rodas de liga leve de 17 polegadas Manila diamantadas com parte interna na cor preta e sistema de Detector de Fadiga do motorista, que analisa uma série de parâmetros e identifica se o condutor está cansado, sugerindo, por meio de um alerta visual e sonoro no painel de instrumentos, um pit-stop para despertar e depois continuar viagem.

Por falar em painel, a versão Comfortline é equipada com o painel de instrumentos Active Info Display, com tela de 10,25 polegadas 100% digital e configurável. Além de ser um recurso exclusivo no segmento, o Active Info Display, juntamente com a central de infotainment VW Play (agora de série também para o T-Cross), cria uma ilha digital única no mercado, proporcionando experiência especial em conectividade com muita qualidade e de forma intuitiva.

Como opcionais para a versão Comfortline estão disponíveis o teto solar panorâmico Sky View, espelho retrovisor interno eletrocrômico, bancos revestidos parcialmente em couro, entre outros.

Para a versão topo de linha, a Highline chama a atenção por ir realmente além e entregar diferenciais que o cliente valoriza. Além de todos os itens da Comfortline, a versão topo de linha agrega itens como moldura cromada nos faróis de neblina, frisos cromados na região inferior dos vidros laterais, "rack" de teto em acabamento "Silver anodized", bancos revestidos parcialmente em couro, espelho retrovisor interno eletrocrômico, pedaleira esportiva com acabamento em alumínio, sensores de chuva e crepuscular, e sistema start-stop, que desliga e liga o motor automaticamente quando o T-Cross para em semáforo, por exemplo, gerando maior economia de combustível.

A configuração Highline conta com alguns opcionais exclusivos. A começar pelo sistema de som premium 'Beats' com subwoofer e faróis Full LED com iluminação diurna (DRL) em LED também integrada. Destaque total para a tecnologia Park Assist 3.0 (assistente de estacionamento), que permite o estacionamento autônomo em vagas paralelas e transversais - e agora com a função de freio de manobra. O teto solar Sky View também é opcional, assim como na Comfortline.

Destaque paa o motor 250 TSI Total Flex que equipa exclusivamente a opção topo de linha Highline. Com quatro cilindros injeção direta de combustível e turbo alimentado, este propulsor entrega 150 cv de potência máxima e 25,5 kgfm de torque, disponível já a partir de apenas 1.500 rpm. Juntamente com a conceituada transmissão automática de seis marchas, este 'coração' entrega acelerações vigorosas e retomadas impressionantes.

Em números, o T-Cross com motor 250 TSI acelera de 0 a 100 km/h em somente 8,7 segundos e a velocidade máxima é de 198 km/h, tanto com etanol quanto com gasolina. Os números de consumo, de acordo com medições realizadas pelo INMETRO, o Volkswagen obteve 11 km/l na cidade e 13,2 km/l na estrada, quando abastecido com gasolina.

Nas configurações com motor 200 TSI, o prazer ao volante também está presente. Com três cilindros, turbo alimentado e injeção direta de combustível, este robusto e consagrado propulsor produz excepcionais 128 cv de potência e 20,4 kgfm de torque entre 2.000 e 3.000 rpm. Para este motor duas transmissões estão disponíveis: manual e automática, ambas de seis velocidades.

Para as configurações Comfortline e Highline, a vida ao volante conta com um 'tempero extra'. As duas são equipadas com o recurso "Seletor do Perfil de Condução", gerenciado na tela do VW Play. Por meio de um botão ao lado da manopla do câmbio, o motorista escolhe a experiência de direção entre os modos 'Eco', 'Sport', 'Normal' e 'Individual'. O sistema atua no gerenciamento do motor, do ar-condicionado, da transmissão, entre outros parâmetros.

O T-Cross tem 4.199 milímetros de comprimento, 1.760 milímetros de largura (sem os espelhos retrovisores) e 1.570 milímetros de altura. No entanto, à medida que faz o T-Cross ser a maior referência em espaço interno no segmento dos SUVs compactos é a distância entre-eixos: 2.651 milímetros. O porta-malas tem capacidade para 373 litros, porém, com o inteligente recurso que ajusta a inclinação do encosto do banco traseiro, este número salta para excelentes 420 litros. Ponto positivo também para o rebatimento do banco dianteiro do passageiro, que possibilita - juntamente com o rebatimento do banco traseiro - levar objetos compridos, como bikes ou pranchas.

Versões e preços:

- Volkswagen T-Cross 200 TSI Manual - R$ 91.660
- Volkswagen T-Cross 200 TSI Automático - R$ 99.090
- Volkswagen T-Cross Comfortline 200 TSI - R$ 112.120
- Volkswagen T-Cross Highline 250 TSI - R$ 120.600

Importados

Novos TT RS, RS 4 e RS 5 estão em pré-vendas

A Audi do Brasil encerra o ciclo de atualização de sua linha de esportivos neste ano com a confirmação de mais três modelos: TT RS, RS 4 Avant e RS 5 Sportback, que desembarcam por aqui ainda em 2020. Com design renovado e seguindo a nova assinatura ótica da marca, os modelos completam a gama esportiva já anunciada, composta por RS 6 Avant, RS 7 Sportback, RS Q8 e R8, confirmados no Brasil para este ano, e RS Q3 e RS Q3 Sportback, que chegam no início de 2021.

Todos os modelos estão em período de pré-vendas e a chegada deles faz parte de uma nova estratégia da Audi do Brasil, ao oferecer aos potenciais interessados a possibilidade de personalizar diversos itens do carro de acordo com suas preferências.

Os clientes interessados em conhecer de perto os modelos e efetivar o pedido deverão entrar em contato com a concessionária de sua preferência para obter mais detalhes. No site da Audi também está disponível o configurador virtual, onde é possível simular as cores e conhecer os itens possíveis de personalização.

Novo Audi TT RS Coupé

Chega ao País o novo Audi TT RS Coupé. Equipado com motor 2.5 TFSI de cinco cilindros capaz de desenvolver 400 cv, o veículo possui câmbio de dupla embreagem Stronic e a consagrada tração integral quattro. O conjunto faz o esportivo ter um desempenho poderoso e dirigibilidade incrível, com aceleração de 0 a 100 km/h em 3,7 segundos.

Em seu interior, os controles e a exibição no novo TT RS estão totalmente focados no motorista. O virtual cockpit pode ser ajustado na tela de 12,3 polegadas que fornece informações sobre pressão dos pneus, torque e força G.

O modelo também conta com muitos recursos de entretenimento e lazer. As opções incluem navegação MMI plus com toque MMI, incluindo pesquisa de texto livre e controle de voz. O Audi Smartphone Interface conecta celulares com o TT RS e pode transmitir conteúdo perfeitamente para o cockpit virtual do modelo via USB. O sistema de som Bang & Olufsen oferece uma excelente experiência sonora a bordo com uma saída de 680 watts.

O modelo será comercializado em versão única para pré-venda, com possibilidade de configuração personalizada antes da produção. O valor para aquisição do novo Audi TT RS Coupé parte de R$ 419.990 na modalidade venda direta.

Novos Audi RS 4 Avant e RS 5 Sportback

Com visual renovado, os modelos esportivos, variações de A4 Avant e A5 Sportback, completam a linha de veículos esportivos da marca das quatro argolas. Os modelos possuem o premiado motor V6 biturbo 2.9 TFSI, com torque máximo de 600 Nm atingido em uma ampla faixa de rotação, entre 1.900 e 5.000 rpm.

Enquanto a Stationwagon acelera de zero a 100 km/h em apenas 4,1 segundos, o Sportback alcança a mesma aceleração em 3,9 segundos. O conjunto é complementado pelo câmbio de dupla embreagem S-tronic, com trocas rápidas de marcha que aumentam a sensação de esportividade na direção.

O design dos modelos RS 4 Avant e RS 5 Sportback mantém o caráter esportivo da marca. No exterior, a nova assinatura ótica ganha destaque com Farol LED e caixas de rodas mais largas. Um novo desenho de rodas de liga-leve 20" está disponível para os esportivos.

No interior, detalhes como os assentos RS e costura estilo diamante destacam a esportividade. O volante multifuncional com base plana detalha as características da linha, também apresentadas no câmbio automático e nas faixas iluminadas do painel. No Audi Virtual Cockpit é possível conferir informações sobre Força G, pressão dos pneus e temperatura, assim como potência e torque.

O sistema de som é um Bang & Olufsen 3D de 755 watts de potência. O coração do sistema é um amplificador de 16 canais, que aciona 19 alto-falantes. Dois subwoofers por trás dos painéis laterais na parte traseira geram os graves transformando o carro em uma verdadeira casa de shows.

Os modelos serão comercializados também em versão única e estão igualmente disponíveis para pré-venda com possibilidade de configuração personalizada antes da produção. O RS 4 Avant será comercializado por R$ 555.990 enquanto o RS 5 Sportback por R$ 575.990, ambos na modalidade venda direta.

Truck

Scania anuncia descontos de até 42%

A Scania anuncia condições especiais para a linha 2020/2021 de caminhões rodoviários até dezembro. O financiamento terá o pagamento da parcela inicial após seis meses depois do faturamento. A oferta oferece descontos em programas de manutenção e a possibilidade de escolha de três pacotes com redução progressiva de valores, que pode chegar a 15%, e uma série de vantagens operacionais tanto para que o cliente retire o máximo de lucro possível quanto para o motorista. Além de ser uma boa oportunidade para quem deseja comprar o primeiro zero km, pois só começará a pagar seis meses depois.

O Scania Banco traz vantagens imperdíveis nas soluções financeiras: o seguro tem parcelamento em até 10 vezes sem juros. Outra vantagem é que não haverá intermediárias durante os seis meses de carência até o início do pagamento da primeira parcela do financiamento.

Estão inclusos nas condições imperdíveis todos os caminhões da linha rodoviária 2020/2021, até dezembro. Não fazem parte da promoção os veículos fora de estrada. O cliente pode escolher os modelos das cabines P, G, R e S dos modelos disponíveis no nosso portfólio de soluções.

A tecnologia Actcruise, a evolução do controle de cruzeiro Ecocruise e que foi introduzida com a linha 2020/2021 e na Edição Especial Heróis da Estrada, passa a ser de série na linha rodoviária a partir de agora. O Scania Actcruise atua por meio de posicionamento via GPS e um mapa topográfico integrado ao módulo de conectividade para gravar rotas e aproveitar aclives e declives de maneira mais eficiente. Dessa forma, o caminhão poderá economizar até mais 3% de combustível.

Para se ter uma ideia dos benefícios, por exemplo, para a operação de um caminhão 6x2 que roda cerca de 10mil km/mês, a economia adicional poderá a chegar a R$ 20 mil em relação ao mesmo caminhão sem o Actcruise.

O cliente pode escolher um, dois ou colocar os três pacotes especiais na aquisição do produto. O benefício no valor será sucessivo, ou seja, caso opte por um só, o desconto no pacote será de 20%. A partir da escolha de dois, a redução sobe para 30%. Já na opção de três itens, o desconto nos pacotes chegará a 42%.

O Pacote Estilo traz defletores, saia lateral e pintura customizada no para-lamas, na grade frontal e na saia lateral. Já o Pacote Segurança é composto de airbag lateral de cortina (exclusividade no Brasil para proteção do motorista em tombamentos), freio de emergência (AEB), sistema de estabilidade (ESP), assistente de mudança de faixa (LDW) e sensor de chuva. E, por fim, o Pacote Conforto sai equipado com climatizador, geladeira, volante de couro, painel de instrumentos colorido com 7 polegadas e sistema multimídia com tela de 5 polegadas e Bluetooth.

Na solução de serviços, o Programa de Manutenção Scania Premium Flexível tem desconto de 8% caso a escolha seja de um pacote. A redução no valor sobe para 13% caso sejam adicionados dois ou os três pacotes. O PMS Premium Flexível, o mais completo programa oferecido, reduz em até 25% os custos de manutenção, e contempla as manutenções preventivas e corretivas de forma individualizada e personalizada. A cobrança é por quilometragem (se não rodou, não paga) e de acordo com faixas de consumo de combustível (se consumiu menos, paga menos). O comprador tem incluso o Pacote Desempenho (a solução para gestão de frota mais completa via conectividade), que permite acompanhamento em tempo real, tanto do veículo como da forma de condução de cada motorista, individualmente, e garante a diminuição imediata de custos com combustível, desgaste de pneus e manutenção.